



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA**

**Ofício n.º 777/XII/1.ª – CACDLG /2018
NU: 613822**

Data: 19-09-2018

ASSUNTO: Relatório de Atividades da 3.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura.

Nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do Regimento da Assembleia da República, junto envio a Vossa Excelência relatório de atividades da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias referente à 3.ª sessão legislativa da XIII Legislatura, aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 11 de setembro de 2018.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Bacelar de Vasconcelos)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Relatório de Atividades

**XIII Legislatura
3.ª Sessão Legislativa**



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

INDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. REUNIÕES CACDLG	9
3. ORGANIZAÇÃO INTERNA	10
4. INICIATIVAS LEGISLATIVAS.....	12
5. INICIATIVAS EUROPEIAS	32
6. OUTROS PARECERES/RELATÓRIOS.....	37
7. PETIÇÕES	39
8. AUDIÇÕES.....	45
9. AUDIÊNCIAS.....	49
10. EVENTOS.....	51
VISITAS (3)	53
11. SUBCOMISSÕES	54
12. GRUPOS DE TRABALHO.....	60

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

1. Introdução

Estando concluída a 3.^a Sessão Legislativa da XIII Legislatura cabe, nos termos regimentais, fazer um relatório da atividade desenvolvida pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Considerando a continuamente exigente intervenção legislativa, em complexidade e quantidade, de que a Comissão foi incumbida, e a atividade de fiscalização e de aproximação aos cidadãos que constituem suas incumbências específicas, a Comissão não teve oportunidade de concretizar algumas atividades previstas no seu plano de atividades, designadamente as visitas ou reuniões externas ali elencadas, com exceção das realizadas na sequência da apreciação do Relatório do Comité para a Prevenção da Tortura e dos Maus Tratos (CPT) do Conselho da Europa: ao Estabelecimento Prisional de St.^a Cruz do Bispo (ala psiquiátrica) e ao Estabelecimento Prisional de Lisboa.

Destacam-se, na sua atividade específica, os pareceres emitidos pela Comissão no exercício da sua exclusiva atribuição de dar parecer sobre a constitucionalidade de iniciativas legislativas e de interpretação e aplicação de normas e integração de lacunas do Regimento, designadamente sobre os requisitos constitucionais de admissibilidade referente ao [Projeto de Lei n.º 776/XIII/3.^a \(PCP\)](#) – “*Regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível*”.

Também no exercício de competências exclusivas, a Comissão, através da sua Subcomissão de Ética, aprovou pareceres sobre questões relativas às incompatibilidades, incapacidades, impedimentos, levantamento de imunidades, conflitos de interesses, suspensão e perda de mandato de Deputado, para além de ter verificado as declarações de registos de interesses e de inexistência de incompatibilidades dos Deputados e de se ter pronunciado, na sequência do Despacho do Presidente da Assembleia da República n.º 78/XIII, sobre a interpretação conjugada do n.º 3 do artigo 1.º da Resolução da Assembleia da República n.º 57/2015, de 25 de março.

A Comissão constituiu o júri do Prémio Direitos Humanos e apreciou as candidaturas respetivas, tendo proposto ao Senhor Presidente da Assembleia da República o Prémio de 2017 à Cruz Vermelha Portuguesa, pela sua atuação junto das populações afetadas pelos incêndios florestais de 2017 (Prémio consignado às vítimas dos incêndios florestais).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Atividade legislativa

A sessão compreendeu um período de extensos debates nas áreas suscitadas pela apresentação das **126 iniciativas legislativas** de cuja apreciação a Comissão foi incumbida e que deram origem à aprovação de Leis da Assembleia da República (nesta data, algumas das quais ainda sob a forma de Decreto da Assembleia da República), designadamente alterando o Código de Processo Penal, permitindo a notificação eletrónica de advogados e defensores oficiosos; aprovando o Regime de Avaliação de Impacto de Género dos Atos Normativos e concomitantemente alterando o Regimento da Assembleia da República; alterando o Código Penal, para qualificação do crime de homicídio cometido no âmbito de uma relação de namoro, para reforço da proteção jurídico-penal dos jornalistas no exercício de funções e da proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na Internet; autorizando o Governo a descriminalizar e a prever como ilícito contraordenacional a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente; estabelecendo o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género; alterando a Lei da Nacionalidade, alargando o acesso à nacionalidade originária e à naturalização às pessoas nascidas em território português; determinando a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário; aprovando alterações ao regime jurídico do recenseamento eleitoral e à legislação eleitoral, designadamente a lei que regula a eleição do Presidente da República e as Leis Eleitorais para a Assembleia da República, para simplificação do voto dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro; aprovando medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor; estabelecendo o regime jurídico da segurança do ciberespaço e alterando o Código Civil, criando o regime jurídico do maior acompanhado, em substituição dos institutos da interdição e da inabilitação, que são revogados, e reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legitimário na convenção antenupcial.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Na apreciação de todas as iniciativas, foi intensificada a interação com as entidades com competência nas matérias legisladas, não só através de pareceres escritos, como de audições.

Das iniciativas legislativas apreciadas, uma parte baixou à Comissão em data coincidente com a da sua apreciação na generalidade em Plenário ou, pelo menos, sem que tivesse sido observado o prazo regimental de 30 dias para a aprovação de parecer.

Tal situação confirmou uma preocupação que já havia sido expressa em anteriores Legislaturas: a da necessidade de cumprimento dos prazos estritos para a apreciação de iniciativas legislativas previstos no Regimento de 2007, designadamente para a elaboração, pela Comissão competente, do parecer prévio à sua discussão e votação, na generalidade, em Plenário.

Com efeito, se é verdade que o RAR admite o *“consenso estabelecido na Conferência de Líderes no sentido de a discussão em comissão parlamentar ou em reunião plenária poder ter lugar com dispensa dos prazos estabelecidos”*, os agendamentos urgentes das iniciativas legislativas surgem em prejuízo da boa qualidade das leis. Tal celeridade não só não permite, em alguns casos, e dificulta, noutros, a elaboração de notas técnicas pelos serviços da AR, como dificulta à Comissão a apreciação da iniciativa, a consulta das entidades interessadas, a elaboração do parecer, que o RAR impõe que seja *“devidamente fundamentado”*, o debate atempado e informado e a consequente decisão legislativa que, para além dos critérios políticos, não pode deixar de ser uma decisão informada.

O cumprimento dos prazos regimentais, salvo ponderosas circunstâncias de oportunidade política, é um pressuposto de uma produção legislativa mais consciente, mais ponderada e mais cuidadosa.

Atividade fiscalizadora

Tendo em vista a apreciação e discussão das matérias objeto das iniciativas apreciadas, e também no âmbito do seu poder de fiscalização da atividade do Governo, a Comissão ouviu, para além dos membros do Governo com competência naquelas áreas, diversas outras entidades especializadas nas matérias em causa ou representativas dos setores envolvidos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

No âmbito da sua competência de acompanhamento das políticas relativas à Justiça, à Administração Interna e à Igualdade e Não Discriminação, a Comissão procedeu à audição dos membros do Governo competentes (como previsto no n.º 2 do artigo 104.º do RAR e na sequência de requerimento), bem como de outras entidades, em diferentes áreas temáticas, quer por incumbência legal, quer a requerimento dos Grupos Parlamentares.

Das **41 audições** realizadas na Comissão e das **26** realizadas pelas Subcomissões e **27** em grupos de trabalho, para além das dos membros do Governo que tutelam as áreas de intervenção da Comissão – Ministra da Justiça; Ministro da Administração Interna e Ministra da Presidência e Modernização Administrativa –, destacam-se as realizadas a candidatos a vários órgãos constitucionais e externos para os quais a Assembleia da República designa membros – Provedora de Justiça, [Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN](#), [Comissão Nacional de Proteção de Dados e Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa](#). Foram ainda promovidas diversas audições de entidades e personalidades a propósito dos incêndios de junho e outubro de 2017, para além de audições à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, Conselho de Fiscalização do SIRP, Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado, das entidades subscritoras do documento «Acordos para o Sistema de Justiça», e de outras no âmbito da apreciação do Relatório do Comité para a Prevenção da Tortura e dos Maus Tratos (CPT) do Conselho da Europa.

A Comissão, o Presidente, ou grupos de trabalho concederam **33 audiências**, tendo a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação concedido **5 audiências**.

Aproximação aos cidadãos: petições, correspondência, visitas

No que concerne às **46 petições** apreciadas pela Comissão, foi concluída a quase totalidade das petições pendentes, tendo apenas transitado para a sessão legislativa subsequente 2 petições, todas tendo suscitado diligências de informação e algumas com audição obrigatórias dos peticionantes. A Comissão aplicou as mais recentes alterações legislativas relativas ao exercício do direito de petição, designadamente procedendo à convolação da nota de admissibilidade em relatório final nos casos em que não se procedeu à nomeação de relator – que passou a ser obrigatória apenas para as petições subscritas por mais de 100 cidadãos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

A Comissão procurou desburocratizar o tratamento do expediente recebido, tendo apreciado vários documentos, muitos dos quais contendo verdadeiras queixas ou reclamações, correspondendo à perceção de que a apreciação daquelas exposições se traduz num esforço de aproximação do poder político aos cidadãos, permitindo, em muitos casos, não só contribuir para resolver problemas individuais, como também detetar eventuais deficiências legislativas nas áreas de ação da Comissão.

A Comissão fez-se representar em **27 eventos externos**, tendo ainda realizado em maio de 2018 duas visitas de trabalho no âmbito da apreciação do Relatório do Comité para a Prevenção da Tortura e dos Maus Tratos (CPT) do Conselho da Europa: ao Estabelecimento Prisional de St.^a Cruz do Bispo (ala psiquiátrica) e ao Estabelecimento Prisional de Lisboa, e, por fim, em 11 de setembro de 2018 uma visita ao Gabinete Nacional de Segurança e ao Centro Nacional de Cibersegurança.

Acompanhamento dos assuntos europeus

A Comissão intensificou o acompanhamento de iniciativas legislativas e não legislativas europeias, através da emissão de **31 relatórios**, de acordo com a nova metodologia aprovada, tendo permanecido pendente apenas uma iniciativa, num significativo esforço de apreciação.

No âmbito do acompanhamento dos assuntos europeus, a Comissão participou ainda em reuniões interparlamentares dos parlamentos nacionais dos Estados Membros e do Parlamento Europeu, em Bruxelas, designadamente sobre *a implementação do pacote legislativo sobre a proteção de dados em vésperas da sua entrada em vigor*; sobre a *- capacitação de mulheres e raparigas em media e TIC: A chave para o futuro*; sobre a *Agenda Europeia da Migração* e sobre a *"Convenção de Istambul: combater a violência contra a mulher ao nível nacional e da UE"*, bem como nas reuniões interparlamentares do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol, em Bruxelas e em Sófia.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Eventos

Entre as reuniões realizadas, conta-se a cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2017, bem como a exibição do documentário português "R.I.P 2 MY YOUTH", seguida de um debate sobre "A autodeterminação de identidade de género" e o "Café da Igualdade "A conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal", no âmbito das celebrações do Dia Internacional das Mulheres, promovidos pela Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação.

Podem ser consultadas em www.parlamento.pt, na hiperligação da [Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias \(CACDLG\)](#), as seguintes informações:

- ✓ [Competências da Comissão;](#)
- ✓ [Plano de atividades para a 3.ª SL da XIII Legislatura.](#)

Palácio de S. Bento, 11 de setembro de 2018

O Presidente da Comissão,

Bacelar de Vasconcelos

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Descrição das atividades desenvolvidas

2. Reuniões CACDLG

Mês	Dia	Total
Setembro de 2017	18 e 19	2
Outubro de 2017	11, 17, 18 (2), 20, 25 e 26	8
Novembro de 2017	7, 8, 10, 15 e 29	5
Dezembro de 2017	5, 6, 12, 13 (2) e 20	6
Janeiro de 2018	4, 10, 17, 24 e 31	5
Fevereiro de 2018	7, 8 (MC) *, 9, 14 (2), 20, 20 (MC) *, 21 e 28	9
Março de 2018	7, 13, 14, 20, 21 e 28	6
Abril de 2018	4, 11, 17, 18, 24 e 26	6
Maio de 2018	2 (2), 2 (MC) *, 3 (2), 8, 9, 15, 16, 23 e 30	11
Junho de 2018	6 (2), 14, 20, 26 e 27	6
Julho de 2018	4, 10, 11 (2), 12, 18 e 26	7
Setembro de 2018	11 (2)	2
Total		73

*(MC) – Mesa e Coordenadores

As atas das reuniões da Comissão podem ser consultadas [aqui](#)

Quadro global de presenças/ausências relativo aos períodos compreendidos entre 15 de setembro de 2017 a 14 de setembro de 2018

TOTAIS RELATIVOS DE 14 SETEMBRO 2017 A 14 SETEMBRO 2018											
Comissão e GP	Presenças					Ausências					Total de reuniões
	Efetivos	Suplentes	Substitutos	Convidados	Total	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Faltas	Total	
PSD	501	55	7	10	573	56	9	33	2	100	73
PS	428	85	4	4	521	76	54	34	2	166	
BE	116	0	3	1	120	10	1	7	0	18	
CDS-PP	104	7	1	2	114	18	3	8	0	29	
PCP	54	13	3	1	71	6	2	5	0	13	
PEV	12	0	0	0	12	19	5	26	1	51	
PAN	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	
Totais	1215	160	18	19	1412	185	74	113	5	377	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

3. Organização Interna

A CACDLG é [composta](#) por 24 Deputados efetivos e 21 Deputados suplentes, abaixo indicados

MEMBROS EFETIVOS	
Bacelar de Vasconcelos, <i>Presidente</i> José Silvano, <i>Vice-Presidente</i> Telmo Correia, <i>Vice-Presidente e Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PS PSD CDS/PP
Andreia Neto Carlos Abreu Amorim Carlos Peixoto, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i> Emília Cerqueira Luís Marques Guedes Sandra Pereira Sara Madruga da Costa Teresa Morais	PSD
Ana Catarina Mendonça Mendes António Gameiro Elza Pais Fernando Anastácio Fernando Rocha Andrade Filipe Neto Brandão, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i> Isabel Alves Moreira Pedro Delgado Alves	PS
José Manuel Pureza, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i> Sandra Cunha	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PCP
José Luís Ferreira, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PEV

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

MEMBROS SUPLENTE	
Clara Marques Mendes Duarte Marques Fernando Negrão Hugo Lopes Soares José Pedro Aguiar Branco Maria Germana Rocha Paula Teixeira da Cruz Rui Cruz Teresa Leal Coelho	PSD
Carla Sousa Carla Tavares Catarina Marcelino Edite Estrela Jorge Lacão Luís Soares Susana Amador Vitalino Canas	PS
António Carlos Monteiro Nuno Magalhães	CDS-PP
Jorge Machado	PCP
Heloísa Apolónia	PEV

Verificaram-se as seguintes alterações na composição da CACDLG:

Data	Início de Atividade				Fim de Atividade			
2017-10-21					FRANCISCA PARREIRA	PS	SETÚBAL	Suplente
2017-11-02	MARIA ADELAIDE RIBEIRO	PS	MADEIRA	Suplente				
2018-01-29					MARIA ADELAIDE RIBEIRO	PS	MADEIRA	Suplente
2018-02-20	CATARINA MARCELINO	PS	SETÚBAL	Suplente				
2018-03-16	DUARTE MARQUES	PSD	SANTARÉM	Suplente	FERNANDO NEGRÃO	PSD	BRAGA	Efetivo
	EMÍLIA CERQUEIRA	PSD	VIANA DO CASTELO	Efetivo	PAULO RIOS DE OLIVEIRA	PSD	PORTO	Efetivo
	FERNANDO NEGRÃO	PSD	BRAGA	Suplente	PEDRO PIMPÃO	PSD	LEIRIA	Suplente
	SANDRA PEREIRA	PSD	LISBOA	Efetivo	SANDRA PEREIRA	PSD	LISBOA	Suplente
					FILIPE LOBO D'ÁVILA	CDS-PP	LISBOA	Suplente
2018-03-27	ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO	CDS-PP	AVEIRO	Suplente				
2018-04-06					LUÍS MONTENEGRO	PSD	AVEIRO	Suplente
2018-04-13	RUI CRUZ	PSD	AVEIRO	Suplente				
2018-08-23	HUGO CARVALHO	PS	PORTO	Suplente				

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

4. Iniciativas Legislativas

Baixaram à CACDLG, na 3.ª Sessão Legislativa, 126 iniciativas legislativas:

- 33 Propostas de Lei (6 em conexão)
- 62 Projetos de Lei (6 em conexão)
- 31 Projetos de Resolução (5 em conexão)

PROPOSTAS DE LEI

Baixaram na 3.ª Sessão Legislativa - 33 Propostas de Lei (6 em conexão);

- 15 Concluídas (3 da 2.ª SL / 8 na especialidade / 7 na generalidade);
- 14 Pendentes (3 na generalidade / 3 em nova apreciação na generalidade / 7 na especialidade e 1 por distribuir);
- 6 Baixaram à Comissão em Conexão.

Concluídas (15)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 75/XIII/2.ª (GOV)	Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa.	04-05-2017 <u>Competente a 1.ª Comissão em conexão com 8.ª, 9.ª e 10.ª Comissões</u>	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 10-05-2017	Lei 38/2018
PPL 77/XIII/2.ª (GOV)	Altera a Lei Eleitoral da Assembleia da República e a Lei Eleitoral do Presidente da República.	19-05-2017 Nova apreciação comissão generalidade		Lei Orgânica 3/2018
PPL 78/XIII/2.ª (GOV)	Altera o regime jurídico do Recenseamento Eleitoral.	19-05-2017 Nova apreciação comissão generalidade		Lei 47/2018
PPL 96/XIII/3.ª (GOV)	Altera o Código de Processo Penal permitindo a notificação eletrónica de advogados e defensores oficiosos.	10-10-2017	Deputado Filipe Neto Brandão (PS) a 11-10-2017	Lei 1/2018
PPL 99/XIII/3.ª (GOV)	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018	13-10-2017	Igualdade: Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) Administração Interna: Deputado Fernando Negrão (PSD) Justiça: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) em 18-10-2017	Parecer 1.ª CACDLG - Áreas Sectoriais da Justiça; Administração Interna e Igualdade

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 100/XIII/3.ª (GOV)	Aprova o Orçamento do Estado para 2018	13-10-2017	Igualdade: Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) Administração Interna: Deputado Fernando Negrão (PSD) Justiça: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) em 18-10-2017	Parecer 1.ª CACDLG - Áreas Sectoriais da Justiça; Administração Interna e Igualdade
PPL 102/XIII/3.ª (GOV)	Autoriza o Governo a descriminalizar e a prever como ilícito contraordenacional a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente.	26-10-2017 <u>Competente a 1.ª Comissão em conexão com 12.ª Comissão</u>		Lei 22/2018
PPL 106/XIII/3.ª (GOV)	Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor	28-11-2017 <u>Competente a 1.ª Comissão em conexão com 10.ª Comissão</u>	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 7-12-2017	Lei 60/2018
PPL 107/XIII/3.ª (ALRAM)	Primeira alteração à Lei n.º 48/2014, 28 de julho	12-12-2017	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) a 13-12-2017	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)
PPL 110/XIII/3.ª (GOV)	Estabelece o regime do maior acompanhado, em substituição dos institutos da interdição e da inabilitação.	14-02-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE) em 21-02-2018	Lei 49/2018
PPL 113/XIII/3.ª (GOV)	Tipifica o crime de agressão, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 31/2004, de 22 de julho, que adapta a legislação penal portuguesa ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional.	15-03-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE) 21-03-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)
PPL 115/XIII/3.ª (GOV)	Altera o funcionamento e enquadramento das entidades de resolução extrajudicial de litígios de consumo.	22-03-2018 <u>Competente a 1.ª Comissão em conexão com 6.ª Comissão</u>	Deputada Andreia Neto (PSD) a 28-03-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)
PPL 119/XIII/3.ª (GOV)	Estabelece o regime jurídico da segurança do Ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148.	28-03-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 04-04-2018	Lei 46/2018
PPL 124/XIII/3.ª (GOV)	Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980.	11-04-2018	Deputado António Gameiro (PS) 18-04-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)
PPL 135/XIII/3.ª (ALRAM)	Primeira alteração à Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, que regula a audição dos Órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas	30-05-2018	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) a 6-06-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Pendentes (14)

• **Na generalidade (3)**

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 139/XIII/3.ª (GOV)	Altera a Lei de Combate ao Terrorismo, transpondo a Diretiva (UE) 2017/541	02-07-2018	Deputado Luís Marques Guedes (PSD) a 04-07-2018	GENERALIDADE
PPL 143/XIII/3.ª (GOV)	Altera a Lei de Combate à Droga, transpondo a Diretiva (UE) 2017/2103.	18-07-2018 <u>Competente a 1.ª Comissão em conexão com 9.ª Comissão</u>	Deputada Elza Pais (PS) a 26-07-2018	GENERALIDADE
PPL 145/XIII/3.ª (GOV)	Altera a Lei da Organização do Sistema Judiciário	02-08-2018	Deputada Andreia Neto (PSD) a 11-09-2018	GENERALIDADE

• **Em nova apreciação na generalidade (3)**

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 46/XIII/2.ª (GOV)	Altera o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação coletiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública com funções policiais.	16-12-2016 <u>Aprovado em Plenário a 03-02-2017</u> <u>Requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 60 dias</u>	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 21-12-2016	NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 60 Dias
PPL 112/XIII/3.ª (GOV)	Define a missão e as atribuições da Comissão Nacional de Apoio às Vítimas de Crimes.	7-03-2018 <u>Aprovado em Plenário a 06-04-2018</u> <u>Requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 60 dias</u>	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) a 14-03-2018	NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 60 Dias
PPL 120/XIII/3.ª (GOV)	Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.	28-03-2018 <u>Aprovado em Plenário a 04-05-2018</u> <u>Requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 45 dias</u>	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 04-04-2018	NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 45 Dias

• **Na especialidade (7)**

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 47/XIII/2.ª (GOV)	Aprova o Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública.	16-12-2016	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 21-12-2016	ESPECIALIDADE
PPL 116/XIII/3.ª (GOV)	Estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública.	22-03-2018 <u>Competente a 1.ª Comissão em conexão com 6.ª, 8.ª, 10.ª e 11.ª Comissões</u>	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 28-03-2018	ESPECIALIDADE <u>Em apreciação na Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação</u>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 117/XIII/3.ª (GOV)	Altera a lei da paridade nos órgãos do poder político.	22-03-2018	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 28-03-2018	ESPECIALIDADE Em apreciação na Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação
PPL 122/XIII/3.ª (GOV)	Altera o estatuto dos magistrados judiciais.	6-04-2018	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 11-04-2018	ESPECIALIDADE
PPL 125 XIII 3.ª (GOV)	Aprova as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/680.	26-04-2018	Deputado Carlos Abreu Amorim a 02-05-2018	ESPECIALIDADE
PPL 126 XIII 3.ª (GOV)	Altera o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial.	26-04-2018	Deputado Carlos Abreu Amorim a 02-05-2018	ESPECIALIDADE Em apreciação no Grupo de Trabalho - Regulamento Geral da Proteção de Dados
PPL 137/XIII/3.ª (GOV)	Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados, transpondo a Diretiva (UE) 2016/681.	07-06-2018	Deputado Luís Marques Guedes (PSD) a 14-06-2018	ESPECIALIDADE

- **Por distribuir (1)**

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 147/XIII/3.ª (GOV)	Aprova o Estatuto do Ministério Público	11-09-2018		Por distribuir

- **Baixaram à Comissão em Conexão (6)**

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 97/XIII/3.ª (GOV)	Define o regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento da atividade de financiamento colaborativo.	11-10-2017 Competente a 6.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	Comunicado na reunião de 18-10-2017
PPL 101/XIII/3.ª (GOV)	Estabelece as regras relativas às ações de indemnização por infração ao direito da concorrência, transpondo a Diretiva 2014/104/UE.	26-10-2017 Competente a 6.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	Comunicado na reunião de 29-11-2017
PPL 105/XIII/3.ª (GOV)	Autoriza o Governo a criar o Sistema Nacional de Embarcações e Marítimos.	24-11-2017 Competente a 7.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	Comunicado na reunião de 29-11-2017

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 118/XIII/3.ª (GOV)	Autoriza o Governo a criar e a regular a emissão e utilização do cartão de identidade de agentes diplomáticos e consulares.	28-03-2018 Competente a 2.ª Comissão em conexão com 1.ª Comissão	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	Comunicado na reunião de 04-04-2018
PPL 123/XIII/3.ª (GOV)	Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico dos serviços de pagamento de moeda eletrónica, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2366.	05-04-2018 Competente a 5.ª Comissão em conexão com 1.ª Comissão	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	Comunicado na reunião de 11-04-2018
PPL 140/XIII/3.ª (GOV)	Autoriza o Governo a estabelecer o regime sancionatório aplicável ao exercício da atividade da pesca comercial marítima.	04-07-2018 Competente a 7.ª Comissão em conexão com 1.ª Comissão	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	Comunicado na reunião de 11-07-2018

PROJETOS DE LEI

Baixaram na 3.ª Sessão Legislativa - 62 Projetos de Lei (6 em conexão);

- 47 Concluídas (1 da 1.ª SL e 14 da 2.ª SL / 24 na especialidade / 8 na generalidade / 1 redistribuída / 14 rejeitadas em plenário);
- 32 Pendentes (12 na generalidade / 17 em nova apreciação na generalidade / 3 na especialidade);
- 6 Baixaram à Comissão em Conexão.

Concluídas (47)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 242/XIII/1.ª (BE)	Reconhece o direito à autodeterminação de género	25-05-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 01-06-2016	Lei 38/2018
PJL 317/XIII/2.ª (PAN)	Assegura o direito à Autodeterminação de Género	12-10-2016	Deputada. Isabel Alves Moreira (PS) em 19-10-2016	Lei 38/2018
364/XIII/2.ª (PSD)	Altera a Lei n.º 37/81 (Lei da Nacionalidade)	2016-12-23	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) em 05-01-2017	Lei Orgânica 2/2018
PJL 374/XIII/2.ª (PCP)	Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário (2.ª alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho)	23-01-2017	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) a 25-01-2017	Lei 40/2018
PJL 390/XIII/2.ª (BE)	Altera a Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, e o regulamento emolumentar dos registos e notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro	Baixou à Comissão apenas na especialidade a 03-02-2017		Lei Orgânica 2/2018
PJL 426/XIII/2.ª (BE)	Organização do processo eleitoral no estrangeiro (alteração ao Decreto-Lei n.º 95-C/76, de 30 de janeiro)	03-03-2017	Deputado José Silvano (PSD) a 8-03-2017	Lei Orgânica 3/2018
PJL 427/XIII/2.ª (BE)	Recenseamento eleitoral de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro	03-03-2017	Deputado José Silvano (PSD) a 8-03-2017	Lei 47/2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 428/XIII/2.ª (PCP)	Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade)	07-03-2017	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a 8-03-2017	Lei Orgânica 2/2018
PJL 512/XIII/2.ª (PS)	Aprova o Regime de Avaliação de Impacto de Género dos Atos Normativos	05-05-2017	Comunicado a 10-05-2017 Não foi distribuído por se encontrar agendado para plenário dia 11-05-2017	Lei 4/2018
PJL 516/XIII/2.ª (PSD)	Uniformiza o modo de exercício do direito de voto dos eleitores residentes no estrangeiro, procedendo à 21.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a Eleição do Presidente da República, à 16.ª alteração à Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que aprova a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, à 6.ª alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, e à revogação do Decreto-Lei n.º 95-C/76, de 30 de janeiro (Organização do Processo Eleitoral no Estrangeiro)	Baixou à Comissão apenas em nova apreciação comissão generalidade a 19-05-2017		Lei Orgânica 3/2018
PJL 517/XIII/2.ª (PSD)	Torna oficioso e automático o recenseamento eleitoral dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, procedendo à 5.ª alteração à Lei n.º 13/99, de 22 de março, que estabelece o novo Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral	Baixou à Comissão apenas em nova apreciação comissão generalidade a 19-05-2017		Lei 47/2018
PJL 544/XIII/2.ª (PS)	8.ª Alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 31/87, de 3 de outubro, alterada pela Lei n.º 25/94, de 19 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, e pelas Leis Orgânicas n.º 1/2004, de 15 de janeiro, n.º 2/2006, de 17 de abril, n.º 1/2013, de 29 de julho, n.º 8/2015, de 22 de junho e n.º 9/2015, de 29 de julho	Baixou à Comissão apenas em nova apreciação comissão generalidade a 14-06-2017		Lei Orgânica 2/2018
PJL 547/XIII/2.ª (PCP)	Altera o Estatuto da GNR relativamente ao horário de referência semanal (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março)	12-06-2017 Competente a 1.ª em conexão com a 10.ª Comissão	Deputada Sandra Cunha (BE) a 14-06-2017	Rejeitado em Plenário a 07-12-2017
PJL 548/XIII/2.ª (PAN)	Altera a Lei da Nacionalidade	Baixou à Comissão apenas para nova apreciação na generalidade a 14-06-2017		Lei Orgânica 2/2018
PJL 549/XIII/2.ª (PCP)	Altera o Estatuto da GNR repondo justiça no direito a férias (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março)	12-06-2017 Competente a 1.ª em Conexão com a 10.ª Comissão	Deputada Sandra Cunha (BE) a 14-06-2017	Rejeitado em Plenário a 07-12-2017
PJL 615 XIII 3.ª (PSD)	Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional	26-09-2017	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 04-10-2017	Rejeitado em Plenário a 11-01-2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 646/XIII/3.ª (CDS/PP)	Sexta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional	26-09-2017	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 04-10-2017	Rejeitado em Plenário a 11-01-2018
PJL 645/XIII/3.ª (PSD)	Determina a assunção por parte Estado da responsabilidade de indemnizar os herdeiros das vítimas mortais e os feridos graves na sequência dos incêndios ocorridos em território nacional neste ano de 2017, e cria o procedimento de determinação e pagamento dessas indemnizações	20-10-2017 Competente a 1.ª em conexão com a 7.ª Comissão	Deliberado na reunião da CACDLG de 25-10-2017 solicitar redistribuição do PJL 296 à 7.ª CAM	Redistribuído à 7.ª Comissão a 25-10-2017
PJL 654/XIII/3.ª (PAN)	Altera a moldura penal relativa ao crime de incêndio florestal	31-10-2017	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) a 06-12-2014	Rejeitado em Plenário a 13-04-2018
PJL 656/XIII/3.ª (PAN)	Inclui o crime de incêndio florestal no elenco dos "crimes de investigação prioritária"	31-10-2017	Deputado Filipe Neto Brandão a 06-12-2017	Rejeitado em Plenário a 13-04-2018
PJL 664/XIII/3.ª (PSD)	Estabelece o procedimento concursal para o recrutamento dos cargos dirigentes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)	13-11-2017 Competente a 1.ª Comissão em conexão com a 7.ª e 10.ª Comissões	Comunicado na reunião de 29-11-2017 Não foi nomeado relator por se encontrar agendado para o Plenário de 29-11-2017	Rejeitado em Plenário a 29-11-2017
PJL 667/XIII/3.ª (PSD)	45.ª Alteração ao Código Penal, qualificando o crime de homicídio cometido no âmbito de uma relação de namoro	24-11-2017 Competente a 1.ª Comissão em conexão com 10.ª Comissão	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 29-11-2017	Lei 16/2018
PJL 675/XIII/3.ª (BE)	Altera a Lei que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017 -2019, considerando o crime de incêndio florestal como crime de investigação prioritária	29-11-2017	Deputado Filipe Neto Brandão (PS) a 06-12-2017	Rejeitado em Plenário a 13-04-2018
PJL 683/XIII/3.ª (BE)	Regularização do estatuto jurídico das crianças com nacionalidade estrangeira acolhidas em instituições do estado ou equiparadas	05-12-2017	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-12-2017	Lei 26/2018
PJL 688/XIII/3.ª (PAN)	Inclui o homicídio no contexto de relação de namoro nos exemplos padrão concernentes ao crime de homicídio qualificado	Baixou apenas na especialidade a 15-12-2017		Lei 16/2018
PJL 689/XIII/3.ª (CDS-PP)	Qualificação do crime de homicídio cometido no âmbito de uma relação de namoro (45.ª alteração ao Código Penal)	Baixou apenas na especialidade a 15-12-2017		Lei 16/2018
PJL 690/XIII/3.ª (BE)	Altera o Código Penal, tornando o homicídio em contexto de violência no namoro homicídio qualificado	Baixou apenas na especialidade a 15-12-2017		Lei 16/2018
PJL 691/XIII/3.ª (BE)	Altera o Código Penal, tornando crime público as agressões a jornalistas no exercício das suas funções ou por causa delas	Baixou apenas na especialidade a 15-12-2017		Lei 16/2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 692/XIII/3.ª (PS)	Procede à 45.ª alteração ao Código Penal, reforçando a proteção jurídico-penal dos jornalistas no exercício de funções	Baixou apenas na especialidade a 15-12-2017		Lei 16/2018
PJL 708/XIII/3.ª (PSD, PS, BE, PCP, PEV)	8ª Alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro (Lei da Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional), 2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto (Lei dos Partidos Políticos), 7.ª alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais), e 1.ª alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos)	Remetido à comissão apenas para fixação de redação final (2.ª versão) a 06-03-2018 [Decreto da Assembleia 177/XIII]		Lei Orgânica 1/2018
PJL 725/XIII/3.ª (PS)	Aprova o regime das matérias classificadas	09-01-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 10-01-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)
PJL 736/XIII/3.ª (PS)	Reforça a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na internet	Baixou apenas na especialidade a 26-01-2018		Lei 44/2018
PJL 755/XIII/3.ª (PSD)	69.ª Alteração ao Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, modificando o regime das incapacidades e seu suprimento, e adequação de um conjunto de legislação avulsa a este novo regime	Baixou à Comissão apenas para nova apreciação na generalidade a 09-02-2018	Texto final da Proposta de Lei n.º 110/XIII/3.ª (GOV) e relatório da discussão e votação na especialidade da referida Proposta de Lei e da nova apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.ºs 755/XIII/3.ª (PSD) e 756/XIII/3.ª (PSD)	Rejeitado em Plenário a 18-07-2018
PJL 756/XIII/3.ª (PSD)	21.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, 16.ª alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, aprovada pela Lei n.º 14/79, de 16 de maio, 8.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos Titulares dos Órgãos das Autarquias Locais, 7.ª alteração à Lei Orgânica do Regime do Referendo, aprovada pela Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril, e 3.ª alteração ao Regime Jurídico do Referendo Local, aprovado pela Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, adequando as incapacidades eleitorais ativas ao novo regime civil das incapacidades	Baixou à Comissão apenas para nova apreciação na generalidade a 09-02-2018	Texto final da Proposta de Lei n.º 110/XIII/3.ª (GOV) e relatório da discussão e votação na especialidade da referida Proposta de Lei e da nova apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.ºs 755/XIII/3.ª (PSD) e 756/XIII/3.ª (PSD)	Rejeitado em Plenário a 18-07-2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 772/XIII/3.ª (CDS-PP)	2.ª Alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, consagrando a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário, bem como a obrigação de revisão da lei no prazo de um ano	Baixou apenas na especialidade a 09-02-2018		Lei 40/2018
PJL 773/XIII/3.ª (BE)	Define e regula as condições em que a antecipação da morte, por decisão da própria pessoa com lesão definitiva ou doença incurável e fatal e que se encontra em sofrimento duradouro e insuportável, não é punível	08-02-2018 Competente a 1.ª Comissão em conexão com 9.ª Comissão	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 14-02-2018 Parecer e Nota Técnica CACDLG	Rejeitado em Plenário a 29-05-2018
PJL 781/XIII/3.ª (PS)	Altera o Código Civil, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legal na convenção antenupcial	21-02-2018	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 28-02-2018	Lei 48/2018
PJL 794/XIII/3.ª (PCP)	Determina o alargamento da rede nacional e altera o regime de competência, organização e funcionamento dos julgados de paz (2.ª alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho)	6-03-2018	Deputada Andreia Neto (PSD) a 14-03-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)
PJL 832/XIII/3.ª (PS)	Procede à 47.ª alteração ao Código Penal e regula as condições especiais para a prática de eutanásia não punível	17-04-2018 Competente a 1.ª Comissão em conexão com 9.ª Comissão	Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) a 18-04-2018	Rejeitado em Plenário a 29-05-2018
PJL 837/XIII/3.ª (PCP)	Abre um período extraordinário de entrega voluntária de armas de fogo não manifestadas ou registadas	24-04-2018 Competente a 1.ª Comissão em conexão com 9.ª Comissão	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 26-04-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)
PJL 838/XIII/3.ª (PEV)	Define o regime e as condições em que a morte medicamente assistida não é punível	24-04-2018	Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) a 26-04-2018	Rejeitado em Plenário a 29-05-2018
PJL 844/XIII/3.ª (CDS-PP)	Cria a Comissão de Avaliação Técnica Independente para o apuramento dos factos e análise dos procedimentos relacionados com o alegado processo de adoções ilegais na IURD	24-04-2018 Competente a 1.ª Comissão em conexão com 10.ª Comissão	Deputada Catarina Marcelino (PS) a 26-04-2018	Rejeitado em Plenário a 18-07-2018
PJL 859/XIII/3.ª (PEV)	Estabelece a realização de uma campanha de sensibilização e de um novo período de entrega voluntária de armas de fogo, com vista ao desarmamento da sociedade	8-05-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 09-05-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)
PJL 881/XIII/3.ª (PCP)	Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados (6.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho)	21-05-2018	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 23-05-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 899/XIII/3.ª (BE)	Cria uma campanha de sensibilização para a importância da entrega voluntária de armas de fogo e munições, dando um novo prazo para entrega voluntária sem procedimento criminal	30-05-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 6-06-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)
PJL 910/XIII/3.ª (PAN)	Introduz os crimes ambientais no elenco de competências do Departamento de Investigação e Ação Penal e do Departamento Central de Investigação e Ação Penal	5-06-2018	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 6-06-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)
PJL 959/XIII/3.ª (PCP)	Estabelece impedimentos na decisão sobre processos de institucionalização de crianças e jovens em risco	18-07-2018	Deputada Andreia Neto (PSD) a 26-07-2018	Parecer e Nota Técnica CACDLG Concluída na generalidade na Comissão (aguarda discussão e votação em Plenário)

Pendentes (33)

- Na generalidade (12)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 906/XIII/3.ª (BE)	Altera a Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária, reforçando o direito ao reagrupamento familiar (2.ª alteração à Lei do Asilo, aprovada pela Lei n.º 27/2008, de 30 de junho)	5-06-2018	Deputado António Filipe (PCP) a 6-06-2018	GENERALIDADE
PJL 920 XIII 3.ª (BE)	Elimina os vistos Gold	15-06-2018	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 20-06-2018	GENERALIDADE
PJL 928 XIII 3.ª (BE)	Atribui um visto de residência temporário aos cidadãos estrangeiros com um ano de descontos para a Segurança Social	26-06-2018	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 04-07-2018	GENERALIDADE
PJL 931 XIII 3.ª (PAN)	Implementa um novo prazo de entrega voluntária de armas de fogo e munições ilegais sem instauração de procedimento criminal acompanhado de campanha informativa de divulgação	26-06-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 04-07-2018	GENERALIDADE
PJL 934 XIII 3.ª (PCP)	Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal	02-07-2018	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 12-07-2018	GENERALIDADE

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 940/XIII/3.ª (BE)	Acaba com a possibilidade de suspensão da condição de jubilado dos magistrados judiciais para o exercício das funções de árbitro em matéria tributária (4.ª Alteração ao Regime Jurídico da Arbitragem Tributária)	11-07-2018 Competente a 1.ª Comissão em conexão com a 5.ª Comissão	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 12-07-2018	GENERALIDADE
PJL 941/XIII/3.ª (BE)	Termina com a possibilidade de recurso à arbitragem, por parte do Estado e pessoas coletivas públicas	11-07-2018 Competente a 1.ª Comissão em conexão com a 5.ª Comissão	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 12-07-2018	GENERALIDADE
PJL 963/XIII/3.ª (PCP)	Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança	18-07-2018 Competente a 1.ª em Conexão com a 9.ª e 10.ª Comissões	Deputado Fernando Anastácio (PS) a 26-07-2018	GENERALIDADE
PJL 975/XIII/3.ª (PS)	Promove a criação de um Observatório para a monitorização da aplicação da Convenção dos Direitos da Criança no âmbito da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens	02-08-2018	Deputada Andreia Neto (PSD) 11-09-2018	GENERALIDADE
PJL 976/XIII/3.ª (BE)	Altera o Código Penal, reforçando o combate à violência doméstica, sexual e sobre menores (46.ª alteração ao Código Penal)	16-08-2018	Deputada Elza Pais (PS) 11-09-2018	GENERALIDADE
PJL 977/XIII/3.ª (BE)	Altera o Código de Processo Penal, alargando as possibilidades de aplicação de prisão preventiva e limitando a aplicação da figura da suspensão provisória de processo (31.ª alteração ao Código de Processo Penal)	16-08-2018	Deputada Sandra Pereira (PSD) 11-09-2018	GENERALIDADE
PJL 978/XIII/3.ª (BE)	Cria os Juízos de Violência Doméstica	16-08-2018	Deputado Fernando Anastácio (PS) 11-09-2018	GENERALIDADE

• Em nova apreciação na generalidade (17)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 129/XIII/1.ª (PS)	1.ª Alteração à Lei n.º 5/2011, de 2 de março, que aprova a lei das Ordens Honoríficas Portuguesas, integrando a Ordem de Camões no âmbito das Ordens Nacionais	Aprovado em Plenário a 12-02-2016 Requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 90 Dias

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 361/XIII/2.ª (PAN)	Altera a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro, proibindo expressamente práticas gravemente lesivas da integridade física dos animais, como a “queima do gato” e o tiro ao voo de aves libertadas de cativeiro com o único propósito de servirem de alvo	Aprovado em Plenário a 6-01-2017 Requerimento do PAN solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 30 Dias
PJL 399/XIII/2.ª (PCP)	Cria a unidade de missão para a revisão do regime das custas judiciais	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 Requerimento do PCP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 30 Dias
PJL 408/XIII/2.ª (PAN)	Garante o acesso ao Direito e aos Tribunais tornando a atribuição do benefício de isenção de custas judiciais mais abrangente	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 Requerimento do PAN solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 30 Dias
PJL 409/XIII/2.ª (PAN)	Garante o acesso ao Direito e aos Tribunais introduzindo alterações ao Regulamento das Custas Processuais	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 Requerimento do PAN solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 30 Dias
PJL 436/XIII/2.ª (BE)	Altera o Código Civil, eliminando a discriminação entre homens e mulheres em matéria de prazo internupcial	08-03-2017 Aprovado em Plenário a 31-03-2017 Requerimento do BE solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias	Deputado Fernando Anastácio (PS) a 22-03-2017	NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 30 Dias
PJL 472/XIII/2.ª (PS)	Revê o regime jurídico de impedimentos impedientes consagrado no Código Civil, revendo os prazos aplicáveis à celebração de casamentos.	Aprovado em Plenário a 31-03-2017 Requerimento do BE solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 30 Dias

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 474/XIII/2.ª (PAN)	Assegura a liberdade individual de cada pessoa para contrair casamento, eliminando o prazo internupcial previsto pelo artigo 1605.º do CC	Aprovado em Plenário a 31-03-2017 Requerimento do BE solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 30 Dias
PJL 700/XIII/3.ª (PCP)	Cria a Comissão Nacional dos Direitos das Crianças e Jovens	Aprovado em Plenário a 21-12-2017 Requerimento do PCP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 45 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 45 Dias
PJL 720/XIII/3.ª (PS)	Estabelece o regime aplicável à cobrança extrajudicial de créditos vencidos e às empresas que se dedicam a essa atividade	04-01-2018 Aprovado em Plenário a 19-01-2018 Requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	Deputada Andreia Neto (PSD) a 10-01-2018	NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 90 Dias
PJL 724/XIII/3.ª (PAN)	Altera o Código Penal e de Processo Penal no que diz respeito ao crime de maus-tratos a animais e artigos conexos	Aprovado em Plenário a 05-01-2018 Requerimento do PAN solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 60 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 60 Dias
PJL 783/XIII/3.ª (CDS-PP)	6.ª Alteração ao Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 90 Dias
PJL 784/XIII/3.ª (CDS-PP)	2.ª Alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho ("Julgados de Paz - Competência, Organização e Funcionamento")	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 90 Dias
PJL 785/XIII/3.ª (CDS-PP)	3.ª Alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto ("Lei da Organização do Sistema Judiciário")	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE 90 Dias

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 786/XIII/3.ª (CDS-PP)	4.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro, que aprova o Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		NOVA APRECIACÃO NA GENERALIDADE 90 Dias
PJL 787/XIII/3.ª (CDS-PP)	45.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, que aprova a Lei Geral Tributária e 32.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, que aprova o Código de Procedimento e Processo Tributário	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		NOVA APRECIACÃO NA GENERALIDADE 90 Dias
PJL 788/XIII/3.ª (CDS-PP)	12.ª Alteração à Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, que aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais; criação de equipas extraordinárias de juízes administrativos e tributários	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		NOVA APRECIACÃO NA GENERALIDADE 90 Dias

• Na especialidade (3)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 349/XIII/2.ª (PCP)	Aprova o estatuto da condição policial	06-12-2016 Competente a 1.ª Comissão em conexão com a 10.ª Comissão	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 07-12-2016	ESPECIALIDADE
PJL 694/XIII/3.ª (PSD)	Alteração ao regime jurídico dos Inquéritos Parlamentares	13-12-2017	Deputado António Filipe (PCP) a 20-12-2017	ESPECIALIDADE Em apreciação no Grupo de Trabalho - Inquéritos Parlamentares
PJL 721/XIII/3.ª (BE)	Altera o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares (altera a Lei n.º 5/93, de 1 de março)	Baixou apenas na especialidade a 05-01-2018		ESPECIALIDADE Em apreciação no Grupo de Trabalho - Inquéritos Parlamentares

• Baixaram à Comissão em Conexão (6)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 655/XIII/3.ª (PAN)	Procede ao reforço das normas relativas à prevenção de incêndios previstas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios	31-10-2017 Competente a 7.ª Comissão em Conexão com a 1.ª Comissão	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	Comunicado na reunião de 29-11-2017

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 672/XIII/3.ª (PAN)	Estabelece a integração dos médicos-veterinários municipais como agentes de proteção civil e cria uma equipa de salvação e resgate animal	28-11-2017 <u>Competente a 7.ª Comissão em Conexão com a 1.ª Comissão</u>	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	<u>Comunicado na reunião de 06-12-2017</u>
PJL 799/XIII/3.ª (PAN)	Determina a instalação de circuitos fechados de televisão em matadouros	08-03-2018 <u>Competente a 7.ª Comissão em conexão com 1.ª Comissão</u>	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	<u>Comunicado na reunião de 14-03-2018</u>
PJL 806/XIII/3.ª (PCP)	Determina a redução de encargos e a reversão de Parcerias Público-Privadas	20-03-2018 <u>Competente a 5.ª Comissão em conexão com 1.ª, 6.ª e 9.ª Comissões</u>	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	<u>Comunicado na reunião de 21-03-2018</u>
PJL 872/XIII/3.ª (PS)	Regime de proteção na pré conceção, na procriação medicamente assistida, na gravidez, no parto, no nascimento e no puerpério	14-05-2018 <u>Competente a 7.ª Comissão em conexão com 9.ª Comissão</u>	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	<u>Comunicado na reunião de 16-05-2018</u>
PJL 895/XIII/3.ª (BE)	Reconhece e regulamenta a profissão de criminólogo(a)	29-05-2018 <u>Competente a 10.ª Comissão em conexão com 1.ª Comissão</u>	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	<u>Comunicado na reunião de 06-06-2018</u>

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Baixaram na 3.ª Sessão Legislativa - 30 Projetos de Resolução (5 em conexão);

- 20 Concluídas (2 da 2.ª SL / 11 Resoluções / 1 regimento da AR / 2 rejeitadas em Plenário / 5 remetidas para discussão em Plenário);
- 14 Pendentes (2 em apreciação / 12 em nova apreciação);
- 5 Baixaram à Comissão em Conexão.

- **Concluídas (20);**

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 570 XIII 2.ª (PSD)	Recomenda ao Governo a atribuição ao Provedor de Justiça da função de coordenar e monitorizar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal	14-12-2016 <u>Competente a 1.ª Comissão em conexão com 2.ª Comissão</u>	Solicitado pelo PSD a apreciação em Plenário na reunião da CACDLG de 15-12-2016 Aprovado em Plenário a 21-12-2017 <u>Requerimento do PSD solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 45 dias</u>	<u>Ofício CACDLG - Solicitação PSD - subida a Plenário para votação</u> <u>Rejeitado em Plenário a 18-07-2018</u>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APECIAÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 833/XIII/2.ª (PS)	Altera o Regimento da Assembleia da República, assegurando a avaliação de impacto de género no procedimento legislativo	2017-06-02	Solicitado pelo PS a apreciação em Comissão a 14-06-2017	Regimento da AR
PJR 1115/XIII/3.ª (PSD)	Criação de equipas de bombeiros profissionais em todo o território nacional e valorização do voluntariado	13-11-2017 Competente a 1.ª Comissão em conexão com a 7.ª e 11.ª Comissões	Comunicado na reunião de 29-11-2017 Discussão em Plenário 29/11/2017	Rejeitado em Plenário a 29-11-2018
PJR 1152/XIII/3.ª (BE)	Recomenda a adoção de medidas no âmbito do plano de ação da década internacional de afrodescendentes	06-12-2017	Solicitado pelo BE a apreciação em Plenário a 06-12-2017	Resolução da AR 159/2018
PJR 1209/XIII/3.ª (PAN)	Recomenda ao Governo português que proceda ao combate ao tráfico de seres humanos para fins laborais	19-12-2017	Solicitado pelo PAN a apreciação em Comissão a 05-01-2018	Resolução da AR 60/2018
PJR 1217/XIII/3.ª (BE)	Recomenda ao Governo que tome medidas para divulgação e facilitação da aplicação da legislação de bem-estar animal	17-01-2018 Apenas remetida à comissão para redação final		Resolução da AR 31/2018
PJR 1225/XIII/3.ª (PEV)	Atribuição do subsídio de risco aos profissionais da PSP	17-01-2018 Apenas remetida à comissão para redação final		Resolução da AR 32/2018
PJR 1264/XIII/3.ª (BE)	Recomenda a suspensão das ações de despejo nas casas de função da Guarda Nacional Republicana em Alcântara, Lisboa	25-01-2018 Competente a 1.ª Comissão em conexão com 11.ª Comissão	Solicitado pelo BE a apreciação em Comissão a 31-01-2018	Resolução da AR 94/2018
PJR 1292/XIII/3.ª (PSD)	Recomenda ao Governo a elaboração e implementação urgente de um novo Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos	05-02-2018	Comunicado na reunião de 7-02-2018 Nova Baixa à comissão a 21-02-2018 para discussão da iniciativa	Resolução da AR 77/2018
PJR 1333/XIII/3.ª (PAN)	Recomenda ao Governo que proceda à célere elaboração e implementação de um novo Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos	19-02-2018	Solicitado pelo PAN a apreciação em Comissão a 21-02-2018	Resolução da AR 77/2018
PJR 1394/XIII/3.ª (PCP)	Recomenda ao Governo que acelere o processo de construção do novo estabelecimento prisional do Algarve	09-03-2018	Aprovado 2018-05-18 Baixa comissão especialidade Obs: De acordo com deliberação da Conferência de Líderes entrou em vigor, em 16-05-2018, nova regra para os Projetos de Resolução sobre idênticas matérias	Resolução da AR 166/2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 1434/XIII/3.ª (PS)	Consagra o dia 21 março como Dia Nacional para a Eliminação da Discriminação Racial	21-03-2018	Solicitado pelo PS a apreciação em Plenário a 28-03-2018	Resolução da AR 140/2018
PJR 1548/XIII/3.ª (PSD)	Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes em matéria de registos e notariado	02-05-2018 <u>Competente a 1.ª Comissão em conexão com 10.ª Comissão</u>	Solicitado pelo PSD a apreciação em Plenário a 09-05-2018	Informação - Discussão para o Plenário
PJR 1604/XIII/3.ª (PS)	Recomenda ao Governo a concretização prioritária do novo Estabelecimento Prisional da Região do Algarve	14-05-2018	Aprovado 2018-05-18 Baixa comissão especialidade Obs: De acordo com deliberação da Conferência de Líderes entrou em vigor, em 16-05-2018, nova regra para os Projetos de Resolução sobre idênticas matérias	Resolução da AR 166/2018
PJR 1617/XIII/3.ª (PCP)	Criação de uma Escola de Formação para os Serviços Prisionais	18-05-2018	Solicitado pelo PCP a apreciação em Plenário a 23-05-2018	Informação - Discussão para o Plenário
PJR 1618/XIII/3.ª (PEV)	Avaliação da aplicação da Lei nº 69/2014, de 29 de agosto, sobre a criminalização de maus tratos a animais, proteção aos animais e alargamento dos direitos das Associações Zoófilas	18-05-2018	Solicitado pelo PEV a apreciação em Plenário a 23-05-2018	Informação - Discussão para o Plenário
PJR 1672/XIII/3.ª (BE)	Recomenda ao Governo que sejam removidos obstáculos administrativos à efetivação do direito ao reagrupamento familiar de imigrantes e de requerentes de proteção internacional em Portugal	05-06-2018	Solicitado pelo BE a apreciação em Plenário a 06-06-2018	Informação - Discussão para o Plenário
PJR 1678/XIII/3.ª (PAN)	Recomenda ao Governo que proceda à implementação de secções de Ambiente nos Departamentos de Investigação e Ação Penal	05-06-2018	Solicitado pelo PAN a apreciação em Plenário a 8-06-2018	Informação - Discussão para o Plenário
PJR 1689/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que proceda com urgência às obras necessárias à requalificação do Posto Territorial de Oliveira do Bairro da GNR	07-06-2018	Solicitado pelo CDS-PP a apreciação em Comissão a 14-06-2018	Resolução da AR 190/2018
PJR 1751/XIII/3.ª (PAN)	Recomenda ao Governo que promova a melhoria das condições de saúde mental, em ambiente laboral, nas Forças e Serviços de Segurança, criando um programa de promoção da resiliência psicológica dos operacionais	04-07-2018	Solicitado pelo PAN a apreciação em Comissão a 20-07-2018	Informação - Discussão em Comissão

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- Pendentes (14)
- Por apreciar em Comissão (2)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 1705/XIII/3 (PS)	Recomenda a agilização dos procedimentos de legalização de imigrantes e a promoção do enquadramento excecional, por razões humanitárias, de imigrantes que demonstrem a inserção no mercado de trabalho por período superior a um ano	18-06-2018	Solicitado pelo PS a apreciação em Comissão a 5-07-2018	EM APRECIÇÃO NA COMISSÃO
PJR 1750/XIII/3.ª (PS)	Recomenda ao Governo a elaboração de Relatório Anual sobre a Política de Asilo em Portugal	04-07-2018	Solicitado pelo PS a apreciação em Comissão a 11-07-2018	EM APRECIÇÃO NA COMISSÃO

- Em Nova Apreciação na Comissão (12).

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 344/XIII/1.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que pondere e estude o alargamento do âmbito e das competências da atual Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	02-06-2016	Aprovado em Plenário a 2-06-2016 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 45 dias Comunicado na reunião de 8-06-2016	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 45 Dias
PJR 624/XIII/2.ª (BE)	Recomenda ao Governo a redução das custas judiciais	24-01-2017 Solicitado pelo BE a apreciação em Plenário na reunião da CACDLG de 25-01-2017	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 requerimento do BE solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 30 Dias
PJR 659/XIII/2.ª (PSD)	Recomenda ao Governo a avaliação e a revisão do Regulamento das Custas Processuais	14-02-2017 Solicitado pelo PSD a apreciação em Plenário na reunião da CACDLG de 15-02-2017	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 requerimento do PSD solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 30 Dias

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 660/XIII/2.ª (PS)	Recomenda ao Governo o estudo, avaliação e concretização de novas medidas que melhorem as condições de acesso ao Direito e à Justiça	17-02-2017	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 30 Dias
PJR 666/XIII/2.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo a revisão do regime de acesso ao direito e aos tribunais e o regulamento das custas processuais	17-02-2017	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 30 Dias
PJR 885/XIII/2.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que aprove o diploma legal que define os casos, formas e termos em que os atos administrativos podem ser impostos coercivamente pela administração, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo	30-05-2017	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 90 Dias
PJR 1203/XIII/3.ª (BE)	Recomenda a criação de um Comité Nacional para os Direitos da Criança, no cumprimento das recomendações do Comité das Nações Unidas para os Direitos das Crianças e da Convenção dos Direitos das Crianças	15-12-2017	Aprovado em Plenário a 21-12-2017 requerimento do BE solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 45 dias	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 45 Dias
PJR 1291/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que submeta a debate, em Plenário da Assembleia da República, o relatório sobre a estratégia plurianual de requalificação e modernização do sistema prisional, de setembro de 2017, e apresente uma proposta de lei de programação de investimentos no parque prisional	07-02-2018 Comunicado na reunião da CACDLG de 14-02-2018	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 90 Dias
PJR 1355/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que dê execução ao disposto no artigo 182.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos em matéria de arbitragem administrativa	02-03-2018	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 90 Dias
PJR 1356/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo a reavaliação e revisão do plano "Justiça + Próxima", tendo em conta as medidas propostas no documento "Acordos para o Sistema de Justiça", de janeiro de 2018	02-03-2018	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 90 Dias

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 1357/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo a criação de um Grupo de Trabalho, com o objetivo de estudar a revisão do Regime Geral de Contraordenações constante do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro	02-03-2018	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 90 Dias
PJR 1362/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que constitua uma Comissão de Revisão da legislação penal, nomeadamente do Código Penal e do Código do Processo Penal, estude e implemente um sistema de controlo de cumprimento que permita delimitar a responsabilidade penal das pessoas coletivas	02-03-2018	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	NOVA APRECIÇÃO EM COMISSÃO 90 Dias

• **Em conexão (5)**

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 1110/XIII/3.ª (PAN)	Recomenda ao Governo que proceda à criação de uma equipa de intervenção psicológica de resposta aos incêndios que deflagraram na zona Centro e Norte do país, afetando os distritos de Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Braga e Leiria	31-10-2017 Competente a 7-CAM em conexão com a 1.ª Comissão	Comunicado na reunião de 29-11-2017	
PJR 1254/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que compile e disponibilize, no portal eletrónico do Governo, toda a produção legislativa referente aos incêndios florestais de 2017 e sensibilize as autarquias para veicularem a informação aos cidadãos nos seus territórios	23-01-2018 Competente a 7.ª-CAM em conexão com a 1.ª - CACDLG	Comunicado na reunião de 24-01-2018	
PJR 1463/XIII/3.ª (PS)	Recomenda ao Governo a divulgação, através de um sítio de Internet específico para o efeito, de informação respeitante à resposta aos incêndios, e através de outros mecanismos de acesso à informação	04-04-2018 Competente a 7.ª-CAM em conexão com a 1.ª - CACDLG	Comunicado na reunião de 11-04-2018	
PJR 1641/XIII/3.ª (PEV)	Recomenda a alteração da forma de pagamento das despesas com pessoal no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR)	23-05-2018 Competente a 7.ª-CAM em conexão com a 1.ª - CACDLG	Comunicado na reunião de 30-05-2018	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 1692/XIII/3.ª (PSD)	Linha de financiamento para Instituições de Ensino Superior trabalharem em cooperação com o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em risco	07-06-2018 <u>Competente a 8.ª-CEC em conexão com a 1.ª - CACDLG</u>	<u>Comunicado na reunião de 14-06-2018</u>	

5. Iniciativas europeias

Na 3.ª Sessão Legislativa a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, deliberou selecionar para escrutínio 28 iniciativas europeias, das quais:

- **Concluídas – 31 (3 da 2.ª SL e 28 da 3.ª SL)**
- **Pendentes – 1**

Concluídas (31):

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
07-09-2017	COM (2017) 352 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, que altera o Regulamento (CE) n.º 1987/2006 e a Decisão 2007/533/JAI do Conselho, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1077/2011	Deputado Rocha Andrade (PS)	12-09-2017	11-10-2017 Nota Téc. a 12-09-2017	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 11-10-2017 Of. à CAE n.º 828/2017 de 11-10-2017
07-09-2017	COM (2017) 344 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria um sistema centralizado para a determinação dos Estados-Membros que possuem informações sobre condenações de nacionais de países terceiros e de apátridas (TCN) tendo em vista completar e apoiar o Sistema Europeu de Informação sobre Registos Criminais (sistema ECRIS-TCN) e que altera o Regulamento (UE) n.º 1077/2011	Deputado Fernando Negrão (PSD)	12-09-2017	11-10-2017 Nota Téc. a 12-09-2017	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 11-10-2017 Of. à CAE n.º 827/2017 de 11-10-2017
13-09-2017	COM (2017) 375 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à importação de bens culturais [no quadro do combate ao financiamento do terrorismo]	Deputado José Manuel Pureza (BE)	19-09-2017	NA 1.ª - CACDLG + 6.ª - CEIOP + 12.ª - CCCJD Nota Téc. Solicitada a 19-09-2017	Aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PEV, na reunião de 10-01-2018 Of. à CAE n.º 22/2018 de 10-01-2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
17-10-2017	COM (2017) 477 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à ENISA, a «Agência da União Europeia para a Cibersegurança», e à certificação da cibersegurança das tecnologias da informação e comunicação, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 526/2013 («Regulamento Cibersegurança»)	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) [indicada a 26-10-2017]	25-10-2017	29-11-2017 Nota Téc. Solicitada a 27-10-2017	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 29-11-2017 Of. à CAE n.º 963/2017 de 29-11-2017
03-10-2017	COM (2017) 481 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE, Euratom) n.º 1141/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, relativo ao estatuto e ao financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias	Dep. Pedro Delgado Alves (PS) 04-10-2017	04-10-2017	31-10-2017 Nota Téc. Solicitada a 04-10-2017	1.º Relatório - Aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS, BE e CDS-PP e os votos contra do PCP, na ausência do PEV, na reunião de 25-10-2017 Of. à CAE n.º 851/2017 de 25-10-2017 2.º Relatório - [Ent.ª n.º 590534 de 19-12-2017] - Aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS, BE e CDS-PP e os votos contra do PCP, na ausência do PEV, na reunião de 31-01-2018 Of. à CAE n.º 140/2018 de 31-01-2018
03-10-2017	COM (2017) 482 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre a iniciativa de cidadania europeia	Dep. Vânia Dias da Silva (CDS-PP) 04-10-2017	04-10-2017	NA Nota Téc. Solicitada a 04-10-2017 Nota Téc. Rec 16-02-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV, na reunião de 28-02-2018 Of. à CAE n.º 206/2018 de 28-02-2018
03-10-2017	COM (2017) 489 Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário e que substitui a Decisão-Quadro 2001/413/JAI do Conselho Obs: distribuída também à 5.ª COFMA	Dep. Fernando Rocha Andrade (PS) 04-10-2017	04-10-2017	08-11-2017 Nota Téc. Solicitada a 04-10-2017	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 25-10-2017 Of. à CAE n.º 852/2017 de 25-10-2017
03-10-2017	COM (2017) 548 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários (reformulação) Obs: distribuída também à 6.ª CEIOP	Deputado António Gameiro (PS) 11-10-2017	11-10-2017	15-11-2017 Nota Téc. Solicitada a 11-10-2017	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 25-10-2017 Of. à CAE n.º 853/2017 de 25-10-2017
21-11-2017	COM (2017) 571 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as normas do Regulamento (UE) 2016/399 aplicáveis à reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas	Deputado Fernando Negrão (PSD)	29-11-2017	06-12-2017 NT Solicitada a 29-11-2017	Aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e PCP, a abstenção do BE, registando-se as ausências do CDS-PP e do PEV, na reunião de 06-12-2017 Of. à CAE n.º 1007/2017 de 06-12-2017

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
15-11-2017	COM (2017) 650 Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 – Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática	Deputada Susana Amador (PS)	29-11-2017	06-12-2017	Aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PEV, na reunião de 06-12-2017 Of. à CAE n.º 1006/2017 de 06-12-2017
21-12-2017	COM (2017) 772 Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 04-01-2018	04-01-2018	NT Solicitada a 04-01-2018 Prazo 30-01-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 24-01-2018 Of. à CAE n.º 114/2018 de 24-01-2018
22-02-2018	COM (2017) 793 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à criação de um quadro para a interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE (fronteiras e vistos) e que altera a Decisão 2004/512/CE do Conselho, o Regulamento (CE) n.º 767/2008, a Decisão 2008/633/JAI do Conselho, o Regulamento (UE) 2016/399 e o Regulamento (UE) 2017/2226	Deputado Fernando Anastácio (PS) a 28-02-2018	28-02-2018	Prazo: 28-03-2018 Nota Técnica solicitada a 28-02-2018	Aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, a abstenção do BE, registando-se as ausências do PCP e do PEV, na reunião de 28-03-2018 Of. à CAE n.º 320/2018 de 28-03-2018
22-02-2018	COM (2017) 794 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à criação de um quadro para a interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE (cooperação policial e judiciária, asilo e migração)	Deputado Fernando Anastácio (PS) a 28-02-2018	28-02-2018	Prazo: 28-03-2018 Nota Técnica solicitada a 28-02-2018	Aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, a abstenção do BE, registando-se as ausências do PCP e do PEV, na reunião de 28-03-2018 Of. à CAE n.º 320/2018 de 28-03-2018
28-02-2018	COM (2018) 900 RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO sobre o reforço da natureza europeia das eleições de 2019 para o Parlamento Europeu e da eficácia do processo eleitoral	Deputado António Gameiro (PS) a 28-03-2018	28-03-2018	Nota Técnica solicitada a 28-03-2018	Aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, contra do BE e do PCP, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 06-06-2018 Of. à CAE n.º 553/2018 de 06-06-2018
17-04-2018	COM (2018) 252 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 810/2009 que estabelece o Código Comunitário de Vistos (Código de Vistos)	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 26-04-2018	26-04-2018	Prazo: 23-05-2018 Nota Técnica solicitada a 26-04-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 23-05-2018 Of. à CAE n.º 512/2018 de 23-05-2018
03-05-2018	COM (2018) 167 Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a Comissão a aprovar, em nome da União, o Pacto Global para Migrações Seguras, Ordeiras e Regulares no domínio da cooperação para o desenvolvimento	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 9-05-2018	09-05-2018	Nota Técnica solicitada a 09-05-2018	Aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS, PCP e CDS-PP e os votos contra do BE, na ausência do PEV, na reunião de 18-07-2018 Of. à CAE n.º 690/2018 de 18-07-2018
03-05-2018	COM (2018) 168 Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a Comissão a aprovar, em nome da União, o Pacto Global para Migrações Seguras, Ordeiras e Regulares no domínio da política de imigração	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 9-05-2018	09-05-2018	Nota Técnica solicitada a 09-05-2018	Aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS, PCP e CDS-PP e os votos contra do BE, na ausência do PEV, na reunião de 18-07-2018 Of. à CAE n.º 690/2018 de 18-07-2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
22-05-2018	COM (2018) 213 Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece normas destinadas a facilitar a utilização de informações financeiras e de outro tipo para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de determinadas infrações penais e que revoga a Decisão 2000/642/JAI do Conselho	Deputado José Manuel Pureza (BE) 30-05-2018	30-05-2018	Prazo: 14-06-2018 Nota Técnica solicitada a 30-05-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 14-06-2018 Of. à CAE n.º 599/2018 de 14-06-2018
23-05-2018	COM (2018) 212 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que visa reforçar a segurança dos bilhetes de identidade dos cidadãos da União e dos títulos de residência emitidos aos cidadãos da União e seus familiares que exercem o direito à livre circulação	Deputado Carlos Peixoto (PSD) 30-05-2018	30-05-2018	Prazo: 20-06-2018 Nota Técnica solicitada a 30-05-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 20-06-2018 Of. à CAE n.º 610/2018 de 20-06-2018
29-05-2018	COM (2018) 234 Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à reutilização de informações do setor público (reformulação)	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) 30-05-2018	30-05-2018	Prazo: 20-06-2018 Nota Técnica solicitada a 30-05-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 10-07-2018 Of. à CAE n.º 656/2018 de 10-07-2018
01-06-2018	COM (2018) 218 Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à proteção das pessoas que denunciam infrações ao direito da União	Deputada Susana Amador (PS) 06-06-2018	06-06-2018	Prazo: 04-07-2018 Nota Técnica solicitada a 06-06-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 04-07-2018 Of. à CAE n.º 635/2018 de 04-07-2018
15-06-2018	COM (2018) 226 Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece normas harmonizadas aplicáveis à designação de representantes legais para efeitos de recolha de provas em processo penal	Deputado António Gameiro (PS) 20-06-2018	20-06-2018	Prazo: 11-07-2018 Nota Técnica solicitada a 20-06-2018 e o envio à 1.ªCACDLG até 04-07-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 18-07-2018 Of. à CAE n.º 690/2018 de 18-07-2018
15-06-2018	COM (2018) 375 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos	Deputado José Manuel Pureza (BE) 20-06-2018	20-06-2018	Prazo: 11-07-2018 Nota Técnica solicitada a 20-06-2018 e o envio à 1.ªCACDLG até 04-07-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 11-07-2018 Of. à CAE n.º 660/2018 de 11-07-2018
22-06-2018	COM (2018) 225 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às ordens europeias de entrega ou de conservação de provas eletrónicas em matéria penal	Deputado António Gameiro (PS) a 27-06-2018	27-06-2018	Prazo – 11-07-2018 Nota Técnica solicitada à CAE a 27-06-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 18-07-2018 Of. à CAE n.º 690/2018 de 18-07-2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
22-06-2018	COM (2018) 324 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre a proteção do orçamento da União em caso de deficiências generalizadas no que diz respeito ao Estado de direito nos Estados-Membros	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 27-06-2018	27-06-2018	<u>Prazo – 11-07-2018</u> Nota Técnica solicitada à CAE a 27-06-2018 Prazo remessa à CACDLG – até 4-07-2018	Aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, contra do PCP, a abstenção do BE na ausência do PEV, na reunião de 11-07-2018 Of. à CAE n.º 658/2018 de 11-07-2018
22-06-2018	COM (2018) 383 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o programa «Direitos e Valores»	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 27-06-2018	27-06-2018	<u>Prazo – 11-07-2018</u> Nota Técnica solicitada à CAE a 27-06-2018 Prazo remessa à CACDLG – até 4-07-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 11-07-2018 Of. à CAE n.º 660/2018 de 11-07-2018
22-06-2018	COM (2018) 473 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, no âmbito do Fundo para a Gestão Integrada das Fronteiras, o instrumento de apoio financeiro à gestão das fronteiras e dos vistos Pacote - COM (2018) 473 / COM (2018) 474 e C (2018) 3658	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) a 27-06-2018	27-06-2018	Pacote - COM (2018) 473 / COM (2018) 474 e C (2018) 3658 Nota Técnica solicitada à CAE a 27-06-2018 Prazo remessa à CACDLG – até 31-07-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 26-07-2018 Of. à CAE n.º 707/2018 de 26-07-2018
22-06-2018	COM (2018) 474 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece, no âmbito do Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras, o instrumento de apoio financeiro aos equipamentos de controlo aduaneiro Pacote - COM (2018) 473 / COM (2018) 474 e C (2018) 3658	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) a 27-06-2018	27-06-2018	Pacote - COM (2018) 473 / COM (2018) 474 e C (2018) 3658 Nota Técnica solicitada à CAE a 27-06-2018 Prazo remessa à CACDLG – até 31-07-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 26-07-2018 Of. à CAE n.º 707/2018 de 26-07-2018
22-06-2018	C (2018) 3658 RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO que adita os apêndices A e B à Recomendação C (2006) 5186 da Comissão, de 6 de novembro de 2006, relativa ao estabelecimento de um «Manual prático para os guardas de fronteira (Manual Schengen)» a utilizar pelas autoridades competentes dos Estados-Membros quando procedem ao controlo de pessoas nas fronteiras Pacote - COM (2018) 473 / COM (2018) 474 e C (2018) 3658	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) a 27-06-2018	27-06-2018	Pacote - COM (2018) 473 / COM (2018) 474 e C (2018) 3658 Nota Técnica solicitada à CAE a 27-06-2018 Prazo remessa à CACDLG – até 31-07-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 26-07-2018 Of. à CAE n.º 707/2018 de 26-07-2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
11-07-2018	COM (2018) 471 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Fundo para o Asilo e a Migração	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 26-07-2018	26-07-2018	<u>Prazo – 11-09-2018</u> Nota Técnica solicitada à CAE a 26-07-2018 Prazo remessa à CACDLG – até 1-09-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 11-09-2018 Of. à CAE n.º/2018 de 11-09-2018
11-07-2018	COM (2018) 472 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Fundo para a Segurança Interna	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 26-07-2018	26-07-2018	<u>Prazo – 11-09-2018</u> Nota Técnica solicitada à CAE a 26-07-2018 Prazo remessa à CACDLG – até 1-09-2018	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 11-09-2018 Of. à CAE n.º/2018 de 11-09-2018

• **Pendentes (1):**

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
11-07-2018	COM (2018) 280 Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Instrumento de Flexibilidade para financiar medidas orçamentais imediatas a fim de fazer face aos atuais desafios da migração, da afluência de refugiados e das ameaças à segurança, bem como à extensão do Programa de Apoio às Reformas Estruturais	Deputado ... a 11-09-2018	11-09-2018	Nota Técnica solicitada à CAE a 11-09-2018 Prazo remessa à CACDLG	PENDENTE

6. Outros pareceres/relatórios

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias apreciou, no âmbito das suas competências, os seguintes relatórios, sobre os quais emitiu parecer.

Outros foram objeto de debate, precedido de audição, nos termos regimentais:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- **Concluídos (9):**

Proveniência	Assunto	Data Distribuição	Relator Designado	Data de Aprovação	Parecer
4.ª CAE	Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 – “Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática” [COM (2017) 650]	29-11-2017	Deputada Susana Amador (PS)	06-12-2017	Of GPAR n.º 1006/2017 de 06-12-2017
DILP	Relatório de progresso referente à regulamentação das leis (leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas) tramitadas na Comissão de Assuntos Constitucionais e aprovadas no período da IX ao final da XIII Legislaturas (5 de Abril de 2002 a 14 de setembro de 2017)	29-11-2017	Deputado António Filipe (PCP)	06-12-2017	Of GPAR n.º 1005/2017 de 06-12-2017
GAB/PAR e 4.ª CAE	Proposta de Decisão do Conselho adotando as provisões que alteram o Ato relativo à eleição dos membros do Parlamento Europeu por sufrágio universal (Lei Eleitoral)	13-12-2017	Deputado António Gameiro (PS)	20-12-2017	Of. à CAE n.º 1050/2017 de 20-12-2017 E ao GAP-PAR pelo ofício n.º 1051/2017 de 20-12-2017
SEAP / GAB-PAR [Ent.ª n.º 590534 de 19-12-2017]	<u>MATÉRIA CONFIDENCIAL</u> Proposta de alteração do Regulamento (UE, Euratom), n.º 1141/2014 sobre o Estatuto e o Financiamento dos Partidos Políticos Europeus e das fundações Políticas Europeias	20-12-2017	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a 20-12-2017	31-01-2018	Of CAE n.º 140/2018 de 31-01-2018 2.º Relatório – Aditamento 1.º Relatório sobre COM (2017) 481, de 25-10-2017 (C/Conhecimento ao GPAR)
5.ª - COFMA	Conta Geral do Estado de 2016	04-01-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE)	31-01-2018	Of COFMA n.º 141/2018 de 31-01-2018
GOV	Relatório Anual de Segurança Interna - 2017	04-04-2018	Deputado Luís marques Guedes (PSD) a 04-04-2018	30-05-2018	Audição do MAI a 08-05-2018 Of GPAR n.º 532/2018 de 30-05-2018
7ª - CAM Comissão de Agricultura e Mar	Parecer sobre os requisitos constitucionais de admissibilidade referente ao Projeto de Lei n.º 776/XIII/3.ª (PCP) – “Regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível”	04-04-2018	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 04-04-2018	11-04-2018	Of CAM n.º 379/2018 de 11-04-2018
4.ª CAE	Relatório intitulado Portugal na União Europeia – 2017	18-04-2018	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) a 18-04-2018	09-05-2018	Of CAE n.º 485/2018 de 09-05-2018
5.ª – COFMA 13-07-2018	Pedido de Parecer sobre a constitucionalidade das propostas de alteração ao Projeto de Lei n.º 884/XIII/3.ª (CDS-PP) - Eliminação do aumento do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos (ISP)	Comunicado da reunião de 18-07-2018	N/A	N/A	Foi enviado e-mail no dia 18-07-2018 pela COFMA solicitando que o pedido de parecer ficasse s/efeito

- **Pendentes (3):**

Proveniência	Assunto	Data Distribuição	Relator Designado	Data de Aprovação	Parecer
9.ª CS 14-06-2018	Pedido de parecer sobre a Petição n.º 494/XIII/3.ª – Solicita que seja instituída a Carta para a participação Pública em Saúde	20-06-2018	Deputada Catarina Marcelino (PS) a 20-06-2018		

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Proveniência	Assunto	Data Distribuição	Relator Designado	Data de Aprovação	Parecer
Provedora de Justiça 14-06-2018	Parecer sobre o Relatório à Assembleia da República Provedor de Justiça 2017	20-06-2018	Deputada Susana Amador (PS) 20-06-2018		
6.ª CEIOP 27-07-2018	Pedido de Parecer sobre a Proposta de lei n.º 132/XIII/3.ª (GOV)	11-09-2018	Deputada Emília Cerqueira (PSD) 11-09-2018		

7. Petições

- Foram distribuídas à Comissão 32 petições na 3.ª sessão legislativa da XIII Legislatura, das quais foram concluídas 46 (8 da 1.ª SL, 10 da 2.ª SL e 28 da 3.ª SL / 41 relatórios finais / 4 liminarmente indeferidas e 1 reencaminhada ao Governo), encontrando-se 2 pendentes da 3.ª Sessão Legislativa e outras 2 que aguardam deliberação sobre a sua admissibilidade

CONCLUÍDAS (46)

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
29/XIII/1	Estêvão Domingos de Sá Sequeira	06-01-2016	Solicita a alteração do Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, no sentido de se facilitar a legalização de estrangeiros e suas famílias que queiram fixar residência em Portugal. Solicita a alteração do Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, no sentido de se facilitar a legalização de estrangeiros e suas famílias que queiram fixar residência em Portugal.	27-01-2016	Deputada Vânia Barros (CDS_PP) a 27-01-2016		Relatório Final aprovado em 29-11-2017
59/XIII/1	Alfredo Oliveira Silva	14-02-2016	Solicita a alteração da legislação no sentido de os seguranças privados possam ter direito de uso e porte de arma nos mesmos termos que as Forças de Segurança.	23-03-2016	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) em 23-03-2016		Relatório Final aprovado em 29-11-2017

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
72/XIII/1	Carlos Gabriel Cravo Aguiar Pinto	2016.03.16	Solicita a alteração do artigo 738.º do Código do Processo Civil e do artigo 3.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) no sentido de ser expressamente vedada a possibilidade de penhora da totalidade dos rendimentos profissionais dos trabalhadores por conta própria.	23-03-2016	Deputada Francisca Parreira (PS) em 23-03-2016		Relatório Final aprovado em 29-11-2017
95/XIII/1	Artur Vendas Pereira	2016-04-11	Solicita a apreciação da legalidade das Portarias n.º 931/2006, de 8/9 e 192/2015, de 29/6, na parte relativa à obrigatoriedade de os portadores de armas de fogo manifestadas com livretes antigos procederem à sua substituição pelo atual modelo.	27-04-2016	Deputado António Gameiro (PS) 27-04-2016		Relatório Final aprovado em 29-11-2017
107/XIII/1	Estêvão Domingos de Sá Sequeira	29-04-2016	Solicita a alteração da Lei n.º 7/2007, de 5 de Fevereiro, que criou o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, no sentido de serem aditados ao circuito integrado do cartão (chip) elementos de identificação adicionais e de ser criado um cartão "braçadeira eletrónica" para pessoas em situação vulnerável.	11-05-2016	Deputada Francisca Parreira (PS) a 11-05-2016		Relatório Final aprovado em 29-11-2017
123/XIII/1	José Manuel Rodrigues de Abreu	03-06-2016	Solicita a criação de um Centro de Arbitragem de Conflitos da Segurança Social.	22-06-2016	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) a 22-06-2016		Relatório Final aprovado em 29-11-2017
125/XIII/1	Estêvão Domingos de Sá Sequeira	09-06-2016 (redistribuída da CEIOP para a CACDLG a 06-08-2016)	Liberdade de Circulação - Mobilidade Terrestre dos cidadãos estrangeiros refugiados ou imigrantes.	14-09-2016	Deputada Susana Amador (PS) 14-09-2016 A 18-01-2017 A Deputada Susana Amador indicou que passa a ser Relatora a Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) em articulação com ambas		Relatório Final aprovado em 29-11-2017

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
176/XIII/1	Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues	05-09-2016 <u>Redistribuída da 14.ª CERTEFP para a CACDLG a 4-11-2016</u>	Autonomização dos princípios gerais da transparência e anticorrupção como garante da efetivação de direitos e liberdades fundamentais.	15-12-2016	Deputado António Gameiro (PS) em 15-12-2016		Relatório Final aprovado em 29-11-2017
209/XIII/2	Gui de Aragão Fonseca Reis (3 assinaturas)	07-11-2016	Requerem a intervenção do Presidente da Assembleia da República com vista à salvaguarda do direito constitucional de acesso ao direito e aos tribunais de pessoas coletivas e singulares.	Admitida parcialmente a 15-12-2016	Deputada Carla Tavares (PS) a 15-12-2016		Relatório Final aprovado em 25-10-2017
230/XIII/2	Estêvão Domingos de Sá Sequeira	10-12-2016	Recomenda a inclusão do Direito à Memória e do Direito ao Afeto na Constituição da República Portuguesa.	Admitida a 05-01-2017	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a 05-01-2017		Relatório Final aprovado em 20-12-2017
250/XIII/2	Federação Portuguesa pela Vida (14196 assinaturas)	25-01-2017	Toda a Vida Tem Dignidade.	Admitida a 01-02-2017	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) a 08-02-2017	Audição obrigatória efetuada a 19-04-2017	Relatório Final aprovado em 04-07-2018
285/XIII/2	Associação Sindical dos Profissionais da Polícia - ASPP/PSP (7419 assinaturas)	27-03-2017	Solicitam a atribuição de um subsídio de risco aos profissionais da Polícia de Segurança Pública (PSP).	Admitida a 12-04-2017	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) a 12-04-2017	Audição obrigatória efetuada a 24-10-2017	Relatório Final aprovado em 25-10-2017
290/XIII/2	Ana Raquel de Oliveira Ramos de Matos (4715 assinaturas)	01-04-2017	Solicitam alterações legislativas, nomeadamente à Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, que criminalizou os maus tratos a animais de companhia.	Admitida a 19-04-2017	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a 19-04-2017	Audição obrigatória efetuada a 7-06-2017	Relatório Final aprovado em 25-10-2017
293/XIII/2	Daniel da Conceição Gonçalves da Silva (7910 assinaturas)	11-04-2017	Solicitam a instalação de uma esquadra da Polícia de Segurança Pública na área da freguesia das Avenidas Novas.	Admitida a 26-04-2017	Deputado Fernando Anastácio (PS) a 26-04-2017	Audição obrigatória efetuada a 18-01-2017	Relatório Final aprovado em 28-02-2018
297/XIII/2	Ermelinda de Jesus Silva	18-04-2017	Solicitam que não se proceda ao encerramento da Secção de Bombeiros Voluntários de Ruivães - Vieira do Minho.	Admitida a 10-05-2017	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) a 10-05-2017		Relatório Final aprovado em 28-02-2018
306/XIII/2	Estêvão Domingos de Sá Sequeira	22-06-2017 (inicialmente e distribuída à CNECP)	Recomenda que as notificações e avisos de órgãos oficiais possam ser remetidas noutras línguas.	Admitida a 12-07-2017	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a 12-07-2017		Relatório Final aprovado em 04-10-2017

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
323/XIII/2	Durval Ferreira (1084 assinaturas)	15-05-2017	Solicitam a concessão de amnistia.	Admitida a 07-06-2017	Deputado António Gameiro (PS) a 09-06-2017	Audição obrigatória efetuada em 08-03-2018	Relatório Final aprovado em 28-03-2018
371/XIII/2	José Alberto Simões Rocha	04-08-2017	Solicita adoção de medidas com vista a garantir o direito de voto a todos os portugueses.	Admitida a 19-09-2017	Deliberado na reunião de 19-09-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 19-09-2017
385/XIII/3	Carlos Eduardo Teixeira Guerra (4096 assinaturas)	18-10-2017	Solicita a extradição de Tiago e Fong Fong Guerra de Timor Leste.	25-10-2017 Inicialmente admitida com 1 assinatura tendo sido aditadas a 2-11-2017, 4095 assinaturas	Deputado António Gameiro (PS) 25-10-2017	Audição obrigatória efetuada em 29-11-2017	Relatório Final aprovado em 20-12-2017
390/XIII/3	José Augusto Duarte Sequeira Mendes Pereira (6072 assinaturas)	19-10-2017	Solicita a alteração da Lei da Nacionalidade em matéria de reconhecimento da nacionalidade originária aos filhos de imigrantes.	Admitida a 29-11-2017	Deputado José Silvano (PSD) 29-11-2017	Audição obrigatória efetuada em 09-01-2018	Relatório Final aprovado em 24-01-2018
393/XIII/3	SINSEF – Sindicato dos Funcionários do SEF	23-10-2017	Solicita a adoção de medidas para suprir a perda de capacidade operacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).	Admitida a 29-11-2017	Deliberado na reunião de 29-11-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 10-01-2018
403/XIII/3	João António Correia Martins	03-11-2017	Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.	Admitida na reunião da CACDLG de 6-12-2017 com os votos contra do PSD	Deliberado na reunião de 06-12-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 10-01-2018
404/XIII/3	Emanuel Pestana	03-11-2017	Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.	Admitida na reunião da CACDLG de 6-12-2017 com os votos contra do PSD	Deliberado na reunião de 06-12-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 10-01-2018
409/XIII/3	David Brás Ribeiro Andrade	03-11-2017	Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.	Admitida na reunião da CACDLG de 6-12-2017 com os votos contra do PSD	Deliberado na reunião de 06-12-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 10-01-2018
412/XIII/3	Emanuel Franclim Paiva do Souto	10-11-2017	Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.	Admitida na reunião da CACDLG de 6-12-2017 com os votos contra do PSD	Deliberado na reunião de 06-12-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 10-01-2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
413/XIII/3	Vitor Bruno Marques Ferreira	22-11-2017	Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.	<u>Admitida na reunião da CACDLG de 6-12-2017 com os votos contra do PSD</u>	Deliberado na reunião de 06-12-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 10-01-2018
417/XIII/3	Sara Filipa Rodrigues Dionísio	22-11-2017	Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.	<u>Admitida na reunião da CACDLG de 6-12-2017 com os votos contra do PSD</u>	Deliberado na reunião de 06-12-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 10-01-2018
420/XIII/3	Francisco de Miranda e Cardo	22-11-2017	Solicita alterações no Sistema de Proteção Civil.		Deliberado a 29-11-2017 reencaminhar ao MAI para apreciação como expediente		Nota Informativa Arquivada a 12-12-2017
421/XIII/3	Daniel Castro Silva	22-11-2017	Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.	<u>Admitida na reunião da CACDLG de 6-12-2017 com os votos contra do PSD</u>	Deliberado na reunião de 06-12-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 10-01-2018
422/XIII/3	Diogo Manuel Ferreira Vencá	22-11-2017	Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.	<u>Admitida na reunião da CACDLG de 6-12-2017 com os votos contra do PSD</u>	Deliberado na reunião de 06-12-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 10-01-2018
423/XIII/3	Diogo Rosa Ferreira	22-11-2017	Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.	<u>Admitida na reunião da CACDLG de 6-12-2017 com os votos contra do PSD</u>	Deliberado na reunião de 06-12-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 10-01-2018
424/XIII/3	Mónica Catarina Ferreira Lopes	22-11-2017	Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.	<u>Admitida na reunião da CACDLG de 6-12-2017 com os votos contra do PSD</u>	Deliberado na reunião de 06-12-2017 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 10-01-2018
429/XIII/3	António Henrique Rocha da Cunha Franco	05-12-2017	Solicita a alteração das leis relativas à segurança privada	Admitida a 20-12-2017	Deputado António Gameiro (PS) 20-12-2017		Relatório Final aprovado em 09-05-2018
443/XIII/3	Estêvão Domingos de Sá Sequeira	10-01-2018	Inclusão do Direito à Criatividade no catálogo dos Direitos Humanos.	<u>Liminarmente Indeferida a 17-01-2018</u>			Liminarmente Indeferida em 17-01-2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
449/XIII/3	Ana Maria Rego Santos Frias	17-01-2018	Adoção de medidas no seguimento dos fogos que fustigaram o país, no ano de 2017.	Liminarmente Indeferida a 07-03-2018			Liminarmente Indeferida em 07-03-2018
450/XIII/3	José João Felgueiras Grego	17-01-2018	Banir o culto "Testemunhas de Jeová"	Liminarmente Indeferida a 24-01-2018			Liminarmente Indeferida em 24-01-2018
451/XIII/3	Silvia Moreira Ferreira da Silva Alves	17-01-2018	Solicita que seja legislada a parentalidade socioafetiva.	Admitida a 7-02-2018	Deliberado na reunião de 07-02-2018 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 04-04-2018
454/XIII/3	Sónia Isabel Gomes Marinho (4583 assinaturas)	18-01-2018	Solicitam alteração legislativa relacionada com a criminalização dos maus tratos a animais de companhia.	Admitida a 07-02-2018	Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) a 7-02-2018	Audição obrigatória efetuada a 15-03-2018	Relatório Final aprovado em 21-03-2018
456/XIII/3	Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues	20-01-2018	Publicidade das decisões arbitrais em processo administrativo.	Admitida a 21-02-2018	Deliberado na reunião de 21-02-2018 não nomear relator		Relatório Final aprovado em 04-04-2018
460/XIII/3	Anabela da Piedade (5787 assinaturas)	29-01-2018	NAO ADOTO ESTE SILÊNCIO - adoções ilegais da IURD e abertura de uma Comissão de Inquérito Parlamentar.	Admitida a 21-02-2018	Deputada Teresa Morais (PSD) em 21-02-2018	Audição obrigatória efetuada a 6-03-2018	Relatório Final aprovado em 18-04-2018
470/XIII/3	Vizinhos em Lisboa - Associação de Moradores (Núcleos Vizinhos de Arroios e vizinhos do Areeiro) (1174 assinaturas)	15-02-2018	Contra o encerramento da 10.ª esquadra PSP de Lisboa (Arroios-Areeiro).	Admitida a 28-02-2018	Deputada Andreia Neto (PSD) em 28-02-2018	Audição obrigatória efetuada a 16-05-2018	Relatório Final aprovado em 18-04-2018
472/XIII/3	João Ricardo Caseiro Oliveira	12-02-2018	Adoção de medidas eficazes em casos de violência doméstica	Admitida a 21-03-2018	Deputada Sandra Pereira (PSD) em 21-03-2018		Relatório Final aprovado em 04-07-2018
473/XIII/3	Débora Patrícia Afonseca Franco Moniz (1239 assinaturas)	12-02-2018	Solicitam adoção de medidas para restituição de criança à mãe.	Liminarmente Indeferida a 14-03-2018			Liminarmente Indeferida em 14-03-2018
477/XIII/3	José Miguel Cardoso Marques (4523 assinaturas)	22-02-2018	Solicitam a realização de auditoria à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.	Admitida a 14-03-2018	Deputada Carla Tavares (PS) a 14-03-2018	Audição obrigatória efetuada a 23-05-2018	Relatório Final aprovado em 20-06-2018
489/XIII/3	Pedro Miguel Dias Vaz Paulo (4080 assinaturas)	2018-03-26	Solicitam referendo sobre a legislação da «delação premiada» e do «enriquecimento injustificado».	11-04-2018	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 11-04-2018	Audição obrigatória efetuada a 23-05-2018	Relatório Final aprovado em 20-06-2018
517/XIII/3	Sindicado dos Profissionais de Polícia de Segurança Pública	05-07-2018	Adoção de medidas com vista a garantir o direito de liberdade sindical.	18-07-2018	Deliberado na reunião de 18-07-2018 não nomear relator		Relatório Final Aprovado em 11-09-2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

• PENDENTES (2)

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
499/XIII/3	Maria Teresa Saraiva Lopes da Silva (5999 assinaturas)	24-04-2018	Solicita legislação que consagre a promoção, a proteção, o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com capacidade diminuída.	09-05-2018	Deputado Fernando Anastácio (PS) a 9-05-2018	Audição obrigatória realizada a 11-07-2018	PENDENTE
530/XIII/3	Ricardo Filipe Madeira Simões (4146 assinaturas)	24-07-2018	Solicitam alteração legislativa com vista a estabelecer a presunção jurídica da residência alternada para crianças com pais separados.	26-07-2018	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 26-07-2018	Audição obrigatória	PENDENTE

• AGUARDAM DELIBERAÇÃO SOBRE A SUA ADMISSIBILIDADE (2)

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
537/XIII/3	Luis Alberto Júdice Veiga da Silva (8675 assinaturas)	10-09-2018	Solicita revogação do Capítulo VI do Título I do Livro II do Código Penal, relativo aos crimes contra a honra.			Audição obrigatória	Aguarda deliberação sobre a sua admissibilidade
541/XIII/3	João Augusto Maldonado Covas	12-04-2018	Declaração de inconstitucionalidade da Lei n.º 12/2011, de 27 de abril.				Aguarda deliberação sobre a sua admissibilidade

8. Audições

Na presente Sessão, a 1.ª Comissão realizou 41 audições.

- Audições com membros do Governo – 12 (10 Nos termos do n.º 2 do artigo 104.º- do RAR)
- Audições prévias à eleição de entidades externas – 7
- Audições com outras entidades- 22

Audições com membros do Governo (12)

Assunto	Entidades	Data
Audição da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	MIN. DA PRESIDÊNCIA E DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA;S.E. DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS;S.E. ADJUNTA E DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA;S.E. PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE	2018-07-10

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR tendo como pontos autónomos 1) Ponto de situação na contratação dos meios aéreos, nos meios do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) e na limpeza de terrenos e faixas de gestão de combustível para prevenção dos incêndios florestais (requerimento do PSD) e 2) Eventual aumento dos custos de contratação dos meios aéreos para combate aos fogos (requerimento do CDS-PP)	MIN. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA;S.E. ADJUNTA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA;S.E. DA PROTECÇÃO CIVIL	2018-06-26
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	MIN. DA JUSTIÇA;S.E. ADJUNTA E DA JUSTIÇA;S.E. DA JUSTIÇA	2018-06-06
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República (incluindo o Relatório Anual de Segurança Interna 2017)	MIN. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA;S.E. ADJUNTA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA;S.E. DA PROTECÇÃO CIVIL	2018-05-08
Audição da Ministra da Justiça na sequência da divulgação do Relatório do Comité para a Prevenção da Tortura e dos Maus Tratos (CPT) do Conselho da Europa (requerimento do Grupo Parlamentar do PSD)	MIN. DA JUSTIÇA;S.E. ADJUNTA E DA JUSTIÇA	2018-03-28
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	MIN. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA;S.E. DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS;S.E. PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE	2018-02-20
Audição da Ministra da Justiça ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, [incluindo dois pontos autónomos a Requerimento do BE]	S.E. DA JUSTIÇA;S.E. ADJUNTA E DA JUSTIÇA;MIN. DA JUSTIÇA;	2018-02-14
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República (com a inclusão de um ponto autónomo sobre a auditoria efetuada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD)	S.E. DA PROTECÇÃO CIVIL;S.E. DAS AUTARQUIAS LOCAIS;S.E. ADJUNTA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA;MIN. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	2018-01-31
Audição no âmbito da apreciação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 99/XIII/3.ª - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018" e 100/XIII/3.ª - "Aprova o Orçamento do Estado para 2018"	MIN. DA JUSTIÇA;S.E. ADJUNTA E DA JUSTIÇA;S.E. DA JUSTIÇA	2017-11-10
Audição no âmbito da apreciação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 99/XIII/3.ª - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018" e 100/XIII/3.ª - "Aprova o Orçamento do Estado para 2018"	S.E. DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS;MIN. DA PRESIDÊNCIA E DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA;S.E. ADJUNTA E DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA;S.E. PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE	2017-11-08
Audição no âmbito da apreciação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 99/XIII/3.ª - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018" e 100/XIII/3.ª - "Aprova o Orçamento do Estado para 2018"	MIN. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA;S.E. ADJUNTA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	2017-11-07
Audição da Ministra da Justiça, sobre o Relatório do Serviço de Auditoria e Inspeção da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	MIN. DA JUSTIÇA;S.E. ADJUNTA E DA JUSTIÇA	2017-10-26

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Audições prévias à eleição de entidades externas (7)

Assunto	Entidades	Data
Audição do candidato ao Conselho Superior de Segurança Interna, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º do Regimento da Assembleia da República	Fernando José dos Santos Anastácio	2018-01-17
Audição do candidato a membro do Conselho Superior de Segurança Interna, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do RAR	Jorge Lação Costa	2017-10-20
Audição do candidato a membro do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do RAR (conjunta com 3.ª - CDN)	Abílio Manuel Pinto Rodrigues de Almeida Morgado	2017-10-19
Audição da candidata ao cargo de Provedor de Justiça, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do RAR	Maria Lúcia da Conceição Abrantes Amaral	2017-10-18
Audição dos candidatos a membros do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do RAR	Maria João da Silva Baila Madeira Antunes; Paulo Miguel da Silva Santos; Inês Dias Lamego	2017-10-17
Audição dos candidatos a membros da Comissão Nacional de Proteção de Dados, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do RAR	Maria Filipa Pires Urbano da Costa Calvão; José Grazina Machado	2017-10-17
Audição da indigitada para o cargo de Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 15.º da Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, na formulação que lhe foi dada pela Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto. (conjunta com a Comissão de Defesa Nacional)	Maria da Graça Diniz Gomes Saraiva Mira Gomes	2017-09-18

Audições com outras entidades (22)

Assunto	Entidades	Data
Audição para apresentação do Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2017, incluindo o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção (a abordar na perspetiva do recente Relatório do Comité de Prevenção da Tortura do Conselho da Europa) e, bem assim, as iniciativas legislativas objeto de apreciação no âmbito do Grupo de Trabalho - Iniciativas legislativas sobre direitos da criança [Projeto de Lei n.º 700/XIII/3.ª (PCP) e Projetos de Resolução n.ºs 344/XIII/1.ª (CDS-PP), 570/XIII/2.ª (PSD) e 1203/XIII/3.ª (BE) - a requerimento do Grupo Parlamentar do PS para aquele Grupo de Trabalho]	Provedora de Justiça	2018-07-11
Audição do Professor Pedro Veiga, Coordenador demissionário do Centro Nacional de Cibersegurança sobre os factos que conduziram à sua demissão	Professor Pedro Veiga	2018-07-04
Audição do Presidente da Autoridade Nacional da Aviação Civil (conjunta com a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas) sobre o novo Plano Nacional de segurança da Aviação Civil (requerimento do PSD)	Presidente da Autoridade Nacional da Aviação Civil, Dr. Luís Miguel Ribeiro	2018-06-27

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição do Procurador-geral Adjunto, Dr. António Cluny, membro nacional da Eurojust, para apresentação do Relatório Anual de Atividades do Gabinete de Portugal da Eurojust, referente ao ano de 2017	Procurador-Geral Adjunto, Dr. António Cluny	2018-06-20
Audição do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais sobre o Relatório do Comité para a Prevenção da Tortura e dos Maus Tratos (CPT) do Conselho da Europa e, a requerimento do GP do PSD, sobre o regulamento de horário de trabalho do Corpo da Guarda Prisional	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	2018-05-30
Audição da Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna sobre a intervenção das Forças Armadas na estratégia de combate ao terrorismo (conjunta com a Comissão de Defesa Nacional) e, ainda, sobre recentes declarações de inspetores do SEF acerca do tráfico de seres humanos em Portugal. (requerimentos do Grupo Parlamentar do PSD)	Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, Dra. Helena Fazenda	2018-05-23
Audição da Comissão Nacional de Proteção de Dados [a requerimento do GP do PS]	Comissão Nacional de Proteção de Dados	2018-05-16
Audição da Associação das Vítimas do Maior Incêndio em Portugal, no âmbito do Relatório da Comissão Técnica Independente sobre a «Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental» [requerimento do Grupo Parlamentar do PSD]	Associação das Vítimas do Maior Incêndio em Portugal	2018-05-03
Audição do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil para esclarecimento sobre a preparação, os meios e as respostas previstas para a fase mais crítica de incêndios que se aproxima [requerimento do Grupo Parlamentar do PCP] e acerca da operacionalidade dos helicópteros Kamov no combate aos incêndios [requerimento do Grupo Parlamentar do PSD]	Ten. General Carlos Mourato Nunes - Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil	2018-05-03
Audição da Comissão Técnica Independente, no âmbito do Relatório da Comissão Técnica Independente sobre a «Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental»	Comissão Técnica Independente	2018-05-02
Audição conjunta no âmbito do Relatório da Comissão Técnica Independente sobre a «Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental» [a requerimento dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do BE]	Comissão Técnica Independente; Liga dos Bombeiros Portugueses; associação Nacional de Bombeiros Profissionais; associação Nacional de Bombeiros Voluntários	2018-04-24
Audição no âmbito do Relatório da Comissão Técnica Independente sobre a «Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental» [a requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP]	Presidente do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP	2018-04-24
Audição da Inspectora-geral da Administração Interna, Dr.ª Margarida Blasco, no âmbito do Relatório do Comité para a Prevenção da Tortura e dos Maus Tratos do (CPT) do Conselho da Europa	Inspectora Geral da Administração Interna, Dr.ª Maria Margarida Blasco Martins Augusto	2018-04-18
Audição conjunta das entidades subscritoras do documento «Acordos para o Sistema de Justiça» [Requerimento do Grupo Parlamentar do PS]	Ordem dos Advogados; Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução; Sindicato dos Magistrados do Ministério Público; Associação Sindical dos Juizes Portugueses; Sindicato dos Funcionários Judiciais	2018-03-20

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição do coordenador do relatório intitulado «Complexo de Incêndios Ocorridos em Pedrógão Grande e concelhos limítrofes, iniciados em 17/6», Professor Domingos Xavier Viegas (requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP)	Professor Domingos Xavier Viegas - Diretor do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais/Universidade de Coimbra; Dr. Miguel Almeida; Mestre Luis Mário Ribeiro; Dr. Carlos Viegas	2018-03-14
Audição da Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado (EFSE) sobre o Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2017, em cumprimento do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 4.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei Orgânica n.º 3/2014, de 6 de agosto (alterada pela Lei Orgânica n.º 12/2015, de 28 de agosto)	Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado (EFSE)	2018-03-13
Audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) para apresentação dos Pareceres sobre o funcionamento do SIRP, referentes ao ano de 2016 e ao primeiro semestre de 2017.	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa	2018-02-21
Audição no âmbito da apreciação do Projeto de Resolução n.º 1264/XIII/3.ª (BE) - «Recomenda a suspensão das ações de despejo nas casas de função da Guarda Nacional Republicana em Alcântara, Lisboa»	Comissão de Reformados da GNR de Alcântara	2018-02-09
Audição do Coordenador da Unidade de Missão para a Valorização do Interior - UMVI - [requerida pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP]	Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI)	2017-12-12
Audição do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (requerida pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP)	ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil	2017-12-12
Audição, conjunta com a Comissão de Agricultura e Mar, dos membros da Comissão Técnica Independente para a análise célere e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã entre 17 e 24 de junho de 2017, criada pela Lei n.º 49-A/2017, de 10 de julho. [a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD].	Comissão Técnica Independente	2017-12-05
Apresentação do 22.º Relatório Anual de Atividades (2016)	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)	2017-10-25

9. Audiências

Foram concedidas 23 audiências

- Audiências concedidas pelo Presidente da 1.ª Comissão – 16
- Audiências concedidas em representação do Presidente da 1.ª Comissão -1
- Audiências concedidas pela 1.ª Comissão - 6

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Audiências concedidas pelo Presidente da 1.ª Comissão (16)

Assunto	Entidades	Data
Relações Bilaterais	Encarregado de Negócios da Embaixada da República Islâmica do Paquistão	2018-07-12
Avaliação da hipótese de estabelecimento da Sede do International Parliament dor Tolerance and Peace	Global Council for Tolerance and Peace	2018-05-10
Intervenção o Psicólogo no contexto da justiça e, particularmente, no contexto dos serviços prisionais	Bastonário da Ordem dos Psicólogos	2018-05-10
Tomada de Posição da Associação para Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação - Propostas de Lei n.º 119 e 120/XIII/3.ª (GOV)	Associação para Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação	2018-05-09
Apresentação de cumprimentos da nova direção da Associação Sindical dos Juizes Portugueses	Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP)	2018-04-19
Relatório "Perseguidos e Esquecidos? Relatório sobre os Cristãos oprimidos por causa da sua fé 2015-17"	Fundação AIS	2018-04-11
Minoria Yazidi - Defesa e apoio à comunidade minoritária Yazidi	Conferências do Estoril	2018-04-11
Projetos Humanitários e de Desenvolvimento	Muhammed Fatih Sanli	2018-04-06
Audiência com Gabriel Baguet Jr	Gabriel Baguet Jr	2018-03-28
Audiência sobre o estado da Democracia em Portugal – Riscos e constrangimentos	Partido Portugal Pró Vida Cidadania e Democracia Cristã - PPV/CDC	2018-03-01
Audiência com as Associações de Espoliados de Angola e de Moçambique	AEANG - Associação dos Espoliados de Angola; AEMO - Associação dos Espoliados de Moçambique	2018-03-01
Audiência sobre a situação do Deputado Regional dos Açores, Dr. Paulo Estêvão, que se encontra há 8 dias de greve de fome na sede da Assembleia Regional da Região Autónoma dos Açores	Eng.º Gonçalo da Câmara Pereira - Presidente da Comissão Política Nacional do Partido Popular Monárquico; Dr. Valdemar Almeida - Presidente do Conselho Nacional do Partido Popular Monárquico; Tânia Trindade Tomaz - Secretária-Geral Adjunta do Partido Popular Monárquico	2018-02-28
Audiência com Gabriel Baguet Jr	Gabriel Baguet Jr	2017-12-20
Audiência sobre o Projeto de Lei n.º 61/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) que propõe a 66.ª Alteração ao Código Civil. Este Projeto de Lei prevê o seguinte no artigo 150º, artigo 7	Dra. Maria do Rosário Zincke - Jurista da Associação de Alzheimer; Maria Teresa Saraiva Lopes da Silva	2017-12-20
Situação do julgamento em Timor-Leste de Tiago Guerra e Fong Fong Guerra	Carlos Guerra, Teresa Guerra e Tânia Correia	2017-09-19
Audiência para apresentação de cumprimentos e sobre a visita a Portugal da Comissão Parlamentar Conjunta Australiana para o Cumprimento da Lei	Peter Rayner, Embaixador da Austrália em Portugal	2017-09-19

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Audiências concedidas em representação do Presidente da 1.ª Comissão (1)

Assunto	Entidades	Data
Audiência na sequência do Acórdão nº225/2018 do Tribunal Constitucional de 24 de Abril, para exposição das preocupações deste Conselho quanto aos efeitos da declaração de inconstitucionalidade de algumas normas da lei da PMA, bem como para exposição das dificuldades e desafios imediatos com que estão a ser confrontados os Centros de Procriação Medicamente Assistida em Portugal	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida - CNPMA	2018-06-06

Audiências concedidas pela 1.ª Comissão (6)

Assunto	Entidades	Data
Audiência com uma delegação do Subcomité para a Prevenção da Tortura das Nações Unidas	Subcomité para a Prevenção da Tortura das Nações Unidas	2018-05-02
Reunião com a presença da Equipa de Avaliação - Nações Unidas - Convenção contra a Corrupção - Avaliação de Portugal	Maja Baricevic (Avaliador - Croácia); Dinko Kovacevic (Avaliador - Croácia); Anders Worren (Avaliador - Noruega); Mona Ransedokken (Avaliador - Noruega); Meder Begaliev (Secretariado do UNODC); Lindy Muzila (Secretariado do UNODC)	2018-02-28
Audiência requerida pelos advogados do Dr. Raul Schmidt Felipe Júnior, no âmbito do processo de extradição para o Brasil	Dr. Alexandre Mota Pinto; Dr. João Costa Andrade; Dr. Pedro Delille	2018-02-20
Audiência sobre a alteração das leis eleitorais	Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses	2018-01-24
Audiência para apresentação do relatório de atividades de 2016 e plano de atividades para 2018	CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados	2018-01-10
Reunião com uma delegação da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) do Conselho da Europa para troca de opiniões sobre questões legislativas relacionadas com violência motivada pelo racismo e/ou homo/transfobia e LGBT	Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) do Conselho da Europa	2017-11-15

10. Eventos

Eventos (1)

Tipo	Designação	Local	Data
Cerimónia	Cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2017	Centro de Acolhimento ao Cidadão do Palácio de S. Bento	2017-12-13

11. Representações / Deslocações / Visitas

Representações / Deslocações (28)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	Women in society and politics today, challenges and opportunities	Dublin - Irlanda Data	De 2018-09-09 a 2018-09-10
Representação	1.ª Sessão do IPTP - International Parliament for Tolerance and Peace	Malta	De 2018-07-05 a 2018-07-07
Representação	Cerimónia comemorativa do 42.º Aniversário do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - Oeiras	De 2018-06-27 a 2018-06-27
Representação	Exibição do filme "Zeus"	Auditório António de Almeida Santos da AR	De 2018-06-21 a 2018-06-21
Representação	Dia Mundial do Refugiado - Encontro "Vem Partilhar o Teu Pão"	Gare Marítima da Rocha Conde d'Óbidos - Lisboa	De 2018-06-20 a 2018-06-20
Representação	Reunião interparlamentar "A implementação do pacote legislativo sobre a proteção de dados em vésperas da sua entrada em vigor"	Parlamento Europeu - Bruxelas	De 2018-05-14 a 2018-05-15
Representação	Tráfico de Seres Humanos (O SEF e a luta contra o Tráfico de Pessoas)	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	De 2018-04-27 a 2018-04-27
Representação	Conferência Internacional "Educação superior em situações de emergência"	Fundação Calouste Gulbenkian	De 2018-04-05 a 2018-04-05
Representação	Cerimónia de entrega das Medalhas de Honra para as Mulheres na Ciência	Pavilhão do Conhecimento - Lisboa	De 2018-03-21 a 2018-03-21
Representação	Tomada de Posse do Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça	Salão Nobre o Supremo Tribunal de Justiça	De 2018-03-08 a 2018-03-08
Representação	Reunião Interparlamentar - FEMM - Capacitação de mulheres e raparigas em media e TIC: A chave para o futuro	Parlamento Europeu - Bruxelas	De 2018-03-07 a 2018-03-08
Representação	Cerimónia de Tomada de Posse dos Membros do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e do Fiscal Único da Entidade Reguladora para a Comunicação Social	Sala de Visitas da Presidência (AR)	De 2018-02-28 a 2018-02-28
Representação	Portugal e os Direitos Humanos: Balanço, Perspetivas e Desafios	Instituto Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros	De 2018-02-07 a 2018-02-07
Representação	Reunião interparlamentar organizada pela Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu sobre "A Agenda Europeia da Migração"	Parlamento Europeu - Bruxelas	De 2018-01-24 a 2018-01-24
Representação	Colóquio - O Futuro da Representação Política - 200 Anos do Sinédrio	Auditório da Biblioteca Almeida Garrett, Porto	De 2018-01-22 a 2018-01-22
Representação	Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial	Supremo Tribunal de Justiça	De 2018-01-18 a 2018-01-18
Representação	Encontro com a delegação parlamentar da Assembleia Nacional da República da Coreia	Assembleia da República	De 2017-12-18 a 2017-12-18
Representação	Sessão Comemorativa do 69.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Salão Nobre da Ordem dos Advogados	De 2017-12-11 a 2017-12-11

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	Inauguração da Exposição Herança Cultural da Palestina	Corredor da Sala do Senado da Assembleia da República	De 2017-11-29 a 2017-11-29
Representação	Cerimónia de atribuição do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa a Jorge Carlos Fonseca	Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa	De 2017-11-23 a 2017-11-23
Representação	Reunião interparlamentar subordinada ao tema "Convenção de Istambul: combater a violência contra a mulher ao nível nacional e da U.E"	Bruxelas - Parlamento Europeu	De 2017-11-21 a 2017-11-21
Representação	Tomada de Posse do Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, José Miguel Ribeiro de Castro Guimarães	Sala de Visitas da Presidência - Assembleia da República	De 2017-11-08 a 2017-11-08
Representação	"Resposta e coordenação nacional face à ameaça terrorista" - Ministrado pelo Diretor de Informações da Suécia	Forte D. Carlos I	De 2017-10-26 a 2017-10-26
Representação	Seminário: Uma nova utopia para a União Europeia - A questão da Paz, Justiça e Segurança Interna	Academia Militar - Campus da Amadora	De 2017-10-25 a 2017-10-25
Representação	Fórum sobre a Problemática dos Prazos do Inquérito Penal - Sessão Encerramento - Em representação de S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República	Sala Aeminium - Convento de São Francisco	De 2017-10-19 a 2017-10-19
Representação	Cerimónia de tomada de posse dos novos membros da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos	Sala de Atos do Tribunal Constitucional	De 2017-10-03 a 2017-10-03
Representação	Receção Dia da Unidade Alemã	Rua D. Constantino de Bragança, 29, em Lisboa (Restelo)	De 2017-10-03 a 2017-10-03
Representação	Almoço / Encontro com a Comissão Parlamentar Conjunta Australiana para o Cumprimento da Lei	R. Pedro Barcelos, 6, Restelo	De 2017-09-26 a 2017-09-26

Visitas (3)

Tipo	Assunto	Local	Data
Deslocação	Visita de trabalho de uma delegação da Comissão ao Gabinete Nacional de Segurança e ao Centro Nacional de Cibersegurança	Rua da Junqueira 69, Lisboa	De 2018-09-11 a 2018-09-11
Deslocação	Visita de trabalho de uma delegação da Comissão ao Estabelecimento Prisional de St.ª Cruz do Bispo, no âmbito do Relatório do Comité para a Prevenção da Tortura e dos Maus Tratos (CPT) do Conselho da Europa	Estabelecimento Prisional de St.ª Cruz do Bispo	De 2018-05-15 a 2018-05-15
Deslocação	Visita de trabalho de uma delegação da Comissão ao Estabelecimento Prisional de Lisboa, no âmbito do Relatório do Comité para a Prevenção da Tortura e dos Maus Tratos (CPT) do Conselho da Europa	Estabelecimento Prisional de Lisboa	De 2018-04-17 a 2018-04-17

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

12. Subcomissões

- **Subcomissão de Ética**

A [Subcomissão de Ética](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias é composta por 14 Deputados, nos termos seguintes:

MEMBROS EFETIVOS	
Luís Marques Guedes, <i>Presidente</i>	PSD
Paulo Rios de Oliveira Sara Madruga da Costa	PSD
Fernando Anastácio Pedro Delgado Alves	PS
José Manuel Pureza	BE
António Carlos Monteiro	CDS-PP
Jorge Machado	PCP
José Luís Ferreira	PEV
MEMBROS SUPLENTES	
Hugo Lopes Soares Pedro Pimpão	PSD
António Gameiro Susana Amador	PS
Sandra Cunha	BE

A Subcomissão de Ética realizou [trinta e cinco reuniões](#) e [uma audição](#).

Audições – 1

Assunto	Entidades	Data
Audição do Secretário-Geral da Assembleia da República	Dr. Albino Azevedo Soares	2018-04-26

O [Grupo de Trabalho - Registo de Interesses](#) da [Subcomissão de Ética](#) realizou 7 reuniões

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- **Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação**

A [Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias é composta por 14 Deputados, nos termos seguintes:

MEMBROS EFETIVOS	
<u>Elza Pais, Presidente</u>	PS
<u>Ângela Guerra</u> <u>Sandra Pereira</u>	PSD
<u>Isabel Alves Moreira</u> <u>Susana Amador</u>	PS
<u>Sandra Cunha</u>	BE
<u>Nuno Magalhães</u>	CDS-PP
<u>Rita Rato</u>	PCP
<u>José Luís Ferreira</u>	PEV
MEMBROS SUPLENTEs	
<u>Laura Monteiro Magalhães</u> <u>Margarida Balseiro Lopes</u> <u>Maria Germana Rocha</u>	PSD
<u>Carla Sousa</u> <u>Edite Estrela</u>	PS
<u>José Manuel Pureza</u>	BE

A Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação realizou [quarenta reuniões](#), [vinte e cinco audições](#), [cinco audiências](#), [dois eventos](#) e esteve representada em [dois eventos](#).

Audições – 25

Assunto	Entidades	Data
Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 116/XIII/3.ª (GOV) - Estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública	Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública - CRESAP	2018-09-12

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição conjunta no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 117/XIII/3.ª (GOV) - Altera a lei da paridade nos órgãos do poder político	AMAI - Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes; PPDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres; APEM - Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres; MDM - Movimento Democrático de Mulheres; Professora Marina Costa Lobo; Professora Ana Espírito-Santo; Professora Maria Helena Santos; Professor Michael Baum	2018-07-17
Audição no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 116/XIII/3.ª (GOV) - Estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública	Dra. Joana Ramos, Diretora-Geral da Administração e do Emprego Público	2018-06-27
Audição no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 117/XIII/3.ª - Altera a lei da paridade nos órgãos do poder político	Associação Nacional de Freguesias	2018-06-21
Audição no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 117/XIII/3.ª - Altera a lei da paridade nos órgãos do poder político	Comissão Nacional de Eleições	2018-06-20
Audição conjunta com o Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género da Comissão de Trabalho e Segurança Social no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas sobre desigualdades salariais e sobre parentalidade	Associação Portuguesa de Mulheres Juristas; Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres; Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres; Observatório das Desigualdades; União de Mulheres Alternativas e Resposta - UMAR	2018-04-26
Audição conjunta com o Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género da Comissão de Trabalho e Segurança Social no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas sobre desigualdades salariais e sobre parentalidade	Prof. Doutor Mário Parra da Silva - Associação Portuguesa para a Ética empresarial; Prof. Doutora Anabela Pereira da Silva - Ex-Presidente da Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias	2018-04-19
Audição conjunta com o Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género da Comissão de Trabalho e Segurança Social no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas sobre desigualdades salariais e sobre parentalidade	CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	2018-04-12
Apresentação do projeto «Meninas e Mulheres - Educação, Saúde, Direitos e Igualdade	P&D Factor - Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento; Comité Nacional para o Abandono de Práticas Nefastas na Guiné-Bissau	2018-04-11
Audição conjunta com o Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género da Comissão de Trabalho e Segurança Social no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas sobre desigualdades salariais e sobre parentalidade	CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; P&D Factor - Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento	2018-04-10
Audição conjunta com o Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género da Comissão de Trabalho e Segurança Social no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas sobre desigualdades salariais e sobre parentalidade	ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho	2018-04-10

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição conjunta com o Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género da Comissão de Trabalho e Segurança Social no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas sobre desigualdades salariais e sobre parentalidade	CSP - Confederação dos Serviços de Portugal	2018-04-05
Audição conjunta com o Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género da Comissão de Trabalho e Segurança Social no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas sobre desigualdades salariais e sobre parentalidade	CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	2018-04-03
Audição conjunta com o Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género da Comissão de Trabalho e Segurança Social no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas sobre desigualdades salariais e sobre parentalidade	Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens - CIMH da CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses Intersindical	2018-04-03
Audição conjunta com o Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género da Comissão de Trabalho e Segurança Social no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas sobre desigualdades salariais e sobre parentalidade	UGT - União Geral de Trabalhadores	2018-04-03
Audição da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios em Violência Doméstica a requerimento do Grupo Parlamentar do PS	Audição da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios em Violência Doméstica	2018-03-15
Audição conjunta no âmbito da nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 75/XIII/2.ª (GOV) - "Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa" e dos Projetos de Lei n.ºs 242/XIII/1.ª (BE) - "Reconhece o direito à autodeterminação de género" e 317/XIII/2.ª (PAN) - "Assegura o direito à Autodeterminação de Género"	Dr. Pedro Freitas; Dr.ª Iris Monteiro	2018-02-14
Audição conjunta no âmbito da nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 75/XIII/2.ª (GOV) - "Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa" e dos Projetos de Lei n.ºs 242/XIII/1.ª (BE) - "Reconhece o direito à autodeterminação de género" e 317/XIII/2.ª (PAN) - "Assegura o direito à Autodeterminação de Género"	Santiago Mbanda Lima; Alexandra Teixeira e Miguel Sapage; Maria Cristina Farinha Cardoso e Dani Prates; Elizabete Palma	2018-01-26
Audição no âmbito da nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 75/XIII/2.ª (GOV) - "Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa" e dos Projetos de Lei n.ºs 242/XIII/1.ª (BE) - "Reconhece o direito à autodeterminação de género" e 317/XIII/2.ª (PAN) - "Assegura o direito à Autodeterminação de Género"	Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza	2018-01-25

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição conjunta no âmbito da nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 75/XIII/2.ª (GOV) - "Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa" e dos Projetos de Lei n.ºs 242/XIII/1.ª (BE) - "Reconhece o direito à autodeterminação de género" e 317/XIII/2.ª (PAN) - "Assegura o direito à Autodeterminação de Género"	Dr. Nuno Pinto; Dr.ª Carla Moleiro; Dr.ª Sandra Saleiro; Dr.ª Zélia Figueiredo	2018-01-19
Audição no âmbito da nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 75/XIII/2.ª (GOV) - "Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa" e dos Projetos de Lei n.ºs 242/XIII/1.ª (BE) - "Reconhece o direito à autodeterminação de género" e 317/XIII/2.ª (PAN) - "Assegura o direito à Autodeterminação de Género"	Associação Sindical dos Conservadores de Registos - ASCR	2018-01-18
Audição conjunta no âmbito da nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 75/XIII/2.ª (GOV) - "Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa" e dos Projetos de Lei n.ºs 242/XIII/1.ª (BE) - "Reconhece o direito à autodeterminação de género" e 317/XIII/2.ª (PAN) - "Assegura o direito à Autodeterminação de Género"	CNECV - Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; Colégio da Especialidade de Psiquiatria da Ordem dos Médicos; Colégio de Psiquiatria da Infância e da Adolescência da Ordem dos Médicos	2018-01-16
Audição sobre a importância da adoção de orçamentos com impacto de género, em linha com as recomendações do Conselho da Europa e da ONU [requerimento PS]	Dr.ª Ana Sofia Fernandes - Secretária Geral da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e membro do Conselho de Administração do Lobby Europeu das Mulheres	2018-01-11
Audição conjunta no âmbito da nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 75/XIII/2.ª (GOV) - "Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa" e dos Projetos de Lei n.ºs 242/XIII/1.ª (BE) - "Reconhece o direito à autodeterminação de género" e 317/XIII/2.ª (PAN) - "Assegura o direito à Autodeterminação de Género"	Associação ILGA Portugal (GRIT - Grupo de Reflexão e Intervenção sobre; AMPLOS - Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual; Rede ex aequo - Associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e apoiantes em Portugal; Centro GIS - Centro de Respostas às Populações LGBT; API - Associação Ação Pela Identidade; Panteras Rosa (Frente de Combate à LesBiGayTransFobia); Não te prives - Grupo de defesa dos direitos sexuais; TransMissão - Associação Trans e Não-Binária	2018-01-09

• **Audiências – 5**

Assunto	Entidades	Data
Audiência para apresentação do trabalho "HANDS UP - Against Children's Corporal Punishment"	Universidade Católica Portuguesa Escola de Direito; APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento	2018-09-12
Reunião com uma delegação da AMPLOS, da ILGA Portugal, da NELFA - Rede Europeia de Associações de Famílias Arco-Íris e da ENP - Rede Europeia de Pais e Mães de pessoas LGBTI+	AMPLOS - Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual; Associação ILGA-Portugal; ILGA Europe; NELFA - Rede Europeia de Associações de Famílias Arco-Íris; ENP - Rede Europeia de Pais e Mães de pessoas LGBTI+	2018-03-15

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audiência para apresentação de contributo relativo à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu sobre conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores e que revoga a Diretiva 2010/18/UE do Conselho [COM (2017) 253]	Dr.ª Maria do Céu da Cunha Rêgo	2018-02-01
Audiência da Presidente do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (CIEG)	Presidente do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) Estado	2017-12-12
Reunião com uma Delegação da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) do Conselho da Europa para troca de opiniões sobre questões legislativas relacionadas com violência motivada pelo racismo e/ou homo/transfobia e LGBT	Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) do Conselho da Europa	2017-11-15

Eventos – 2

Tipo	Designação	Local	Data
Debate	Café da Igualdade "A conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal"	Centro de Acolhimento ao Cidadão da Assembleia da República	2018-03-13
Outros	Exibição do documentário português "R.I.P 2 MY YOUTH", de Elizabeth Vieira, seguida de um debate sobre "A autodeterminação de identidade de género"	Auditório António de Almeida Santos	2018-02-22

Representações - 3

Assunto	Local	Data
International Congress of Parliamentary Women's Caucuses	Dublin	De 2018-09-09 a 2018-09-10
Participação na WPL Summit 2018 subordinada ao tema: "It's about time! 100 reasons to act"	Vilnius - Lituânia	De 2018-06-06 a 2018-06-08
Lançamento da Obra "Violências de Género"	Centro Interdisciplinar de Estudos de Género-ISCSP-ULisboa	De 2017-12-12 a 2017-12-12

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

13. Grupos de Trabalho

- Na 3.^a Sessão Legislativa foram constituídos os seguintes [Grupos de Trabalho](#):

A 11 de outubro de 2017, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Alteração das Leis eleitorais e do regime jurídico do recenseamento eleitoral](#), encerrado a 17 de agosto de 2018 [[Lei Orgânica 3/2018](#) e [Lei 47/2018](#)], que realizou 14 [reuniões](#), 3 [audições](#), 1 [audiência](#), e cuja composição era a seguinte:

Nome	Grupo Parlamentar
José Silvano	PSD - Coordenador
Carlos Alberto Gonçalves	PSD
Fernando Rocha Andrade	PS
Jorge Lacão	PS
Sandra Cunha	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe	PCP
José Luís Ferreira	PEV
André Silva	PAN
Suplentes	
José Cesário	PSD
Pedro Delgado Alves	PS

A 18 de outubro de 2017, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Alteração da Lei da Nacionalidade](#), que encerrou a 5 de julho de 2018 [[Lei Orgânica 2/2018](#)], realizou 6 [reuniões](#) e 1 [audição](#) e cuja composição era a seguinte:

Nome	Grupo Parlamentar
José Silvano	PSD - Coordenador
Carlos Páscoa Gonçalves	PSD
Jorge Lacão	PS
Pedro Delgado Alves	PS
José Manuel Pureza	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe	PCP

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

A 17 de janeiro de 2018, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Iniciativas Legislativas sobre Direitos da Criança](#), que realizou 5 [reuniões](#) e 4 [audições](#), mantendo-se em funcionamento com a seguinte composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Andreia Neto	PSD - Coordenadora
Susana Amador	PS
Sandra Cunha	BE
Filipe Anacoreta Correia	CDS-PP
Diana Ferreira	PCP
Suplentes	
Teresa Morais	PSD
Elza Pais	PS

A 17 de janeiro de 2018, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Inquéritos Parlamentares](#), que realizou 7 [reuniões](#), mantendo-se em funcionamento com a seguinte composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Jorge Lacão	PS - Coordenador
Fernando Negrão	PSD
Luís Marques Guedes	PSD
Fernando Anastácio	PS
José Manuel Pureza	BE
João Pinho de Almeida	CDS-PP
António Filipe	PCP
Suplentes	
Telmo Correia	CDS-PP

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

A 17 de janeiro de 2018, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Júri Prémio António Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares 2018](#), que realizou 2 [reuniões](#), mantendo-se em funcionamento com a seguinte composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Bacelar de Vasconcelos	PS - Coordenador
Margarida Mano	PSD
Fernando Rocha Andrade	PS
José Manuel Pureza	BE
Ana Rita Bessa	CDS-PP

A 9 de maio de 2018, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Júri Prémio Direitos Humanos 2018](#), com a seguinte composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Bacelar de Vasconcelos	PS - Coordenador
José de Matos Correia	PSD
Filipe Neto Brandão	PS
José Manuel Pureza	BE
Telmo Correia	CDS-PP
António Filipe	PCP
José Luís Ferreira	PEV

A 23 de maio de 2018, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Regime do Maior Acompanhado](#), que encerrou a 14 de agosto de 2018 [[Lei 49/2018](#)], realizou 2 [reuniões](#) e cuja composição era a seguinte:

Nome	Grupo Parlamentar
Fernando Anastácio	PS - Coordenador
Emília Cerqueira	PSD
Isabel Alves Moreira	PS
José Manuel Pureza	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe	PCP

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

A 23 de maio de 2018, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Regulamento Geral da Proteção de Dados](#), que realizou 7 [reuniões](#), 1 [audição](#) e 8 [audiências](#), mantendo-se em funcionamento com a seguinte composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Andreia Neto	PSD - Coordenadora
Carlos Abreu Amorim	PSD
Pedro Delgado Alves	PS
José Manuel Pureza	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe	PCP

Na 3.ª Sessão Legislativa mantiveram-se em funcionamento os seguintes Grupos de Trabalho:

O [Grupo de Trabalho - Financiamento dos Partidos e das Campanhas Eleitorais](#), constituído por deliberação da Comissão a 22 de março de 2017 (2.ª Sessão Legislativa), realizou 1 [reunião](#) e manteve-se em funcionamento até ao dia 19 de abril de 2018 [[Lei Orgânica 1/2018](#)] com a seguinte composição:

Nome	Grupo Parlamentar
José Silvano	PSD
José de Matos Rosa	PSD
Ana Catarina Mendonça Mendes	PS
Jorge Lacão	PS
Pedro Filipe Soares	BE
António Carlos Monteiro	CDS-PP
António Filipe	PCP
José Luís Ferreira	PEV

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

O [Grupo de Trabalho - Petição n.º 250/XIII/2.ª - Toda a vida tem dignidade](#), constituído por deliberação da Comissão a 8 de fevereiro de 2017 (2.ª Sessão Legislativa), realizou 6 [reuniões](#) e 4 [audições](#) e manteve-se em funcionamento até ao dia 10 de julho de 2018 [[Relatório Final](#)] com a seguinte composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Vânia Dias da Silva	CDS-PP - Coordenadora
Ângela Guerra	PSD
Carlos Abreu Amorim	PSD
Isabel Alves Moreira	PS
Maria Antónia de Almeida Santos	PS
José Manuel Pureza	BE
Isabel Galriça Neto	CDS-PP
António Filipe	PCP
Carla Cruz	PCP
André Silva	PAN

O [Grupo de Trabalho - Júri Prémio Direitos Humanos 2017](#), constituído por deliberação da Comissão a 17 de maio de 2017 (2.ª Sessão Legislativa), realizou 3 [reuniões](#) e manteve-se em funcionamento até ao dia 13 de dezembro de 2017 [[Cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2017](#)] com a seguinte composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Bacelar de Vasconcelos	PS - Coordenador
José de Matos Correia	PSD
Filipe Neto Brandão	PS
Sandra Cunha	BE
Telmo Correia	CDS-PP
António Filipe	PCP
José Luís Ferreira	PEV

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

O [Grupo de Trabalho – Audição de Peticionantes](#), constituído por deliberação da Comissão a 1 de dezembro de 2015 (1.ª Sessão Legislativa), realizou 14 [reuniões](#), 14 [audições](#) e 1 [audiência](#), mantendo-se em funcionamento com a seguinte composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Clara Marques Mendes	PSD - Coordenadora
António Gameiro	PS
Sandra Cunha	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe	PCP
José Luís Ferreira	PEV